

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015	10
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	12
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	13
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	15
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	16
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	17
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016	19
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015	20
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	21
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	22
--------------------------	----

Notas Explicativas	34
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	76
--	----

Motivos de Reapresentação	78
---------------------------	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2016
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	11.496
Preferenciais	10.336
Total	21.832
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1	Ativo Total	1.167.191	1.209.889
1.01	Ativo Circulante	556.706	593.538
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	98.712	65.838
1.01.02	Aplicações Financeiras	19.847	120.122
1.01.03	Contas a Receber	155.195	148.799
1.01.03.01	Clientes	141.365	143.685
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	13.830	5.114
1.01.03.02.01	Outros créditos	13.830	5.114
1.01.04	Estoques	195.245	168.114
1.01.06	Tributos a Recuperar	68.188	61.891
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	68.188	61.891
1.01.06.01.01	Impostos e contribuições sociais a compensar	68.188	61.891
1.01.07	Despesas Antecipadas	14.887	2.160
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	4.632	26.614
1.01.08.03	Outros	4.632	26.614
1.01.08.03.01	Instrumentos financeiros derivativos	4.632	26.614
1.02	Ativo Não Circulante	610.485	616.351
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	87.206	99.437
1.02.01.03	Contas a Receber	9.564	4.734
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	9.564	4.734
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	24.285	22.317
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	24.285	22.317
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	53.357	72.386
1.02.01.09.03	Impostos e contribuições sociais a compensar	52.679	50.911
1.02.01.09.04	Instrumentos financeiros derivativos	678	21.475
1.02.02	Investimentos	80.091	92.836
1.02.02.01	Participações Societárias	8.958	21.703
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	2.495	15.240
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	6.463	6.463
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	71.133	71.133
1.02.03	Imobilizado	436.310	416.581
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	436.310	416.581
1.02.04	Intangível	6.878	7.497
1.02.04.01	Intangíveis	6.878	7.497

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2	Passivo Total	1.167.191	1.209.889
2.01	Passivo Circulante	469.749	357.704
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	23.553	16.350
2.01.01.01	Obrigações Sociais	4.720	6.151
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	18.833	10.199
2.01.02	Fornecedores	93.216	59.570
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	61.515	52.273
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	31.701	7.297
2.01.03	Obrigações Fiscais	16.528	9.199
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	9.440	3.091
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	5.405	856
2.01.03.01.02	Outras obrigações fiscais e federais	4.035	2.235
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	6.702	5.673
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	386	435
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	243.284	231.488
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	212.024	199.738
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	102.881	40.700
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	109.143	159.038
2.01.04.02	Debêntures	31.260	31.750
2.01.05	Outras Obrigações	93.168	41.097
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	1.188	1.188
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	1.188	1.188
2.01.05.02	Outros	91.980	39.909
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	43.157	11.210
2.01.05.02.04	Verbas diretas	7.104	5.550
2.01.05.02.05	Fretes a pagar	9.776	11.013
2.01.05.02.07	Instrumentos financeiros derivativos	21.918	2.142
2.01.05.02.08	Financiamento de impostos	2.531	2.909
2.01.05.02.09	Outras contas a pagar	7.494	7.085
2.02	Passivo Não Circulante	215.848	333.289
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	165.267	279.219
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	122.387	222.059
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	97.782	110.664
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	24.605	111.395
2.02.01.02	Debêntures	42.880	57.160
2.02.02	Outras Obrigações	11.428	9.695
2.02.02.02	Outros	11.428	9.695
2.02.02.02.04	Financiamento de impostos	2.507	2.957
2.02.02.02.05	Outras contas a pagar	6.951	6.738
2.02.02.02.06	Instrumentos Financeiros	1.970	0
2.02.03	Tributos Diferidos	20.809	35.692
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	20.809	35.692
2.02.04	Provisões	18.344	8.683
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	18.344	8.683
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	2.518	2.648
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	7.434	3.267

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	4.026	2.768
2.02.04.01.05	Provisão para perda com Investimentos	4.366	0
2.03	Patrimônio Líquido	481.594	518.896
2.03.01	Capital Social Realizado	198.002	197.873
2.03.02	Reservas de Capital	601	601
2.03.04	Reservas de Lucros	262.710	296.291
2.03.04.01	Reserva Legal	22.148	22.148
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	222	33.456
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	240.340	240.687
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	20.281	23.222
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	0	909

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	408.813	748.736	344.554	679.391
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-277.924	-515.272	-219.679	-428.358
3.03	Resultado Bruto	130.889	233.464	124.875	251.033
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-123.192	-226.521	-102.954	-190.513
3.04.01	Despesas com Vendas	-81.637	-148.400	-67.124	-133.559
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-25.494	-46.441	-30.539	-58.191
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-3.845	-15.447	-1.761	-6.889
3.04.05.01	Honorários da administração	-2.080	-4.326	-2.056	-3.950
3.04.05.02	Depreciação e amortização	-1.924	-4.203	-2.759	-5.474
3.04.05.03	Outras despesas operacionais líquidas	159	-6.918	3.054	2.535
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-12.216	-16.233	-3.530	8.126
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	7.697	6.943	21.921	60.520
3.06	Resultado Financeiro	-8.365	-12.984	-3.943	-14.003
3.06.01	Receitas Financeiras	46.183	113.445	43.105	85.317
3.06.02	Despesas Financeiras	-54.548	-126.429	-47.048	-99.320
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-668	-6.041	17.978	46.517
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	11	3.291	1.233	-7.042
3.08.01	Corrente	-7.310	-11.590	-265	-265
3.08.02	Diferido	7.321	14.881	1.498	-6.777
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-657	-2.750	19.211	39.475
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-657	-2.750	19.211	39.475
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
4.01	Lucro Líquido do Período	-657	-2.570	19.211	39.475
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-26	-1.100	-366	60
4.02.01	Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	196	-878	-366	60
4.02.02	Realização do custo atribuído	-222	-222	0	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	-683	-3.670	18.845	39.535

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	42.042	84.046
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	30.029	72.603
6.01.01.01	Lucro/Prejuízo líquido do exercício	-2.750	39.475
6.01.01.02	Depreciação e amortização	13.282	12.189
6.01.01.03	Equivalência patrimonial	16.233	-8.126
6.01.01.04	Resultado de ativo imobilizado e intangível baixado	1.553	185
6.01.01.05	Constituição (reversão) de provisão para redução ao valor recuperável	766	513
6.01.01.06	Constituição (reversão) de provisão para contingências	-5	1.101
6.01.01.07	Constituição (reversão) de provisão para perda de estoque	113	743
6.01.01.08	Juros, variações monetárias e cambiais líquidas	-32.634	51.644
6.01.01.09	Constituição de IR e CS diferidos	-14.881	6.777
6.01.01.10	Ajuste a valor de mercado	58.501	-25.441
6.01.01.11	Constituição (reversão) de provisão para reestruturação	721	-3.551
6.01.01.12	Créditos extemporâneo de ICMS/ INSS/ PIS/ COFINS	-10.999	-2.906
6.01.01.13	Aumento de capital com reserva de incentivos federais	129	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	12.013	11.443
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	1.554	22.873
6.01.02.02	Estoques	-27.328	-1.004
6.01.02.03	Impostos e contribuições sociais a compensar	2.587	7.959
6.01.02.04	Créditos com controladas	0	-794
6.01.02.05	Outros créditos	-6.757	-2.130
6.01.02.06	Fornecedores	33.643	822
6.01.02.07	Tributos a recolher	7.075	-15.277
6.01.02.08	Obrigações sociais e trabalhistas	7.458	-120
6.01.02.09	Débitos com outras partes relacionadas	-606	-560
6.01.02.10	Fretes a pagar	-1.237	0
6.01.02.11	Provisão para contingências	0	-750
6.01.02.12	Outras contas a pagar	-3.547	-4.588
6.01.02.13	Instrumentos financeiros derivativos	0	15.764
6.01.02.14	Financiamento de impostos	-829	500
6.01.02.15	Dividendos propostos	0	-11.252
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	56.373	-31.106
6.02.01	Intangível	-192	-518
6.02.02	Imobilizado	-43.710	-32.074
6.02.03	Recebimento de dividendos	0	1.486
6.02.04	Aplicação financeira	100.275	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-65.541	23.562
6.03.01	Captação de empréstimos e financiamentos	44.829	130.640
6.03.02	Amortização do principal de empréstimos e financiamentos	-87.445	-87.097
6.03.03	Amortização de juros de empréstimos e financiamentos	-6.822	-4.331
6.03.05	Dividendos e juros sobre capital próprio distribuídos	-1.510	-15.650
6.03.06	Amortização de principal de debêntures	-14.280	0
6.03.07	Amortização de juros de debêntures	-6.337	0
6.03.08	Capitação de instrumentos financeiros derivativos	6.024	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	32.874	76.502
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	65.838	127.590
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	98.712	204.092

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	197.873	601	296.291	0	24.131	518.896
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	-218	0	0	-218
5.02.01	Ajustes de reservas de incentivos fiscais	0	0	-218	0	0	-218
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	197.873	601	296.073	0	24.131	518.678
5.04	Transações de Capital com os Sócios	129	0	-33.585	0	0	-33.456
5.04.01	Aumentos de Capital	129	0	-129	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	-33.456	0	0	-33.456
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	-2.528	0	-1.100	-3.628
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	-2.750	0	0	-2.750
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	222	0	-1.100	-878
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-878	-878
5.05.02.06	Realização do custo atribuído	0	0	222	0	-222	0
5.07	Saldos Finais	198.002	601	259.960	0	23.031	481.594

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	197.873	601	235.386	0	22.980	456.840
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	197.873	601	235.386	0	22.980	456.840
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-15.650	0	0	-15.650
5.04.06	Dividendos	0	0	-15.650	0	0	-15.650
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	147	39.474	-87	39.534
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	39.474	0	39.474
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	147	0	-87	60
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	60	60
5.05.02.06	Realização do custo atribuído	0	0	147	0	-147	0
5.07	Saldos Finais	197.873	601	219.883	39.474	22.893	480.724

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
7.01	Receitas	818.079	760.042
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	853.281	770.608
7.01.02	Outras Receitas	-34.490	-10.068
7.01.02.01	(-) Abatimentos e descontos	-34.096	-11.302
7.01.02.02	Outras Receitas	-394	1.234
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-712	-498
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-636.046	-548.014
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-550.209	-385.760
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-86.087	-160.208
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-4.756	1.292
7.02.04	Outros	5.006	-3.338
7.03	Valor Adicionado Bruto	182.033	212.028
7.04	Retenções	-13.485	-12.643
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-13.485	-12.643
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	168.548	199.385
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	97.211	93.443
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-16.233	8.126
7.06.02	Receitas Financeiras	113.444	85.317
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	265.759	292.828
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	265.759	292.828
7.08.01	Pessoal	83.102	84.722
7.08.01.01	Remuneração Direta	49.742	49.526
7.08.01.02	Benefícios	17.325	17.137
7.08.01.03	F.G.T.S.	5.388	5.796
7.08.01.04	Outros	10.647	12.263
7.08.01.04.01	Honorários da administração	4.338	3.950
7.08.01.04.02	Participação dos empregados nos lucros	4.310	6.752
7.08.01.04.03	Outros gastos	1.999	1.561
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	53.170	62.609
7.08.02.01	Federais	26.243	20.419
7.08.02.02	Estaduais	25.678	40.958
7.08.02.03	Municipais	1.249	1.232
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	132.237	106.022
7.08.03.01	Juros	125.624	99.321
7.08.03.02	Aluguéis	6.613	6.701
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-9.195	39.475
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-9.195	39.475
7.08.05	Outros	6.445	0

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1	Ativo Total	1.181.751	1.232.958
1.01	Ativo Circulante	569.496	630.756
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	147.383	103.773
1.01.02	Aplicações Financeiras	19.847	120.122
1.01.03	Contas a Receber	165.232	174.434
1.01.03.01	Clientes	151.354	169.283
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	13.878	5.151
1.01.03.02.01	Outros créditos	13.878	5.151
1.01.04	Estoques	147.680	136.057
1.01.06	Tributos a Recuperar	68.245	61.944
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	68.245	61.944
1.01.06.01.01	Impostos e contribuições sociais a compensar	68.245	61.944
1.01.07	Despesas Antecipadas	14.887	2.160
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	6.222	32.266
1.01.08.03	Outros	6.222	32.266
1.01.08.03.01	Instrumentos financeiros derivativos	6.222	28.403
1.01.08.03.02	Empréstimos e recebíveis com partes relacionadas	0	3.863
1.02	Ativo Não Circulante	612.255	602.202
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	90.422	99.442
1.02.01.03	Contas a Receber	9.569	4.739
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	9.569	4.739
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	27.496	22.317
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	27.496	22.317
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	53.357	72.386
1.02.01.09.03	Impostos e contribuições sociais a compensar	52.679	50.911
1.02.01.09.04	Instrumentos financeiros derivativos	678	21.475
1.02.02	Investimentos	71.197	71.197
1.02.02.01	Participações Societárias	64	64
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	64	64
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	71.133	71.133
1.02.03	Imobilizado	437.359	417.667
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	437.359	417.667
1.02.04	Intangível	13.277	13.896
1.02.04.01	Intangíveis	13.277	13.896

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2	Passivo Total	1.181.751	1.232.958
2.01	Passivo Circulante	488.675	380.773
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	23.758	16.517
2.01.01.01	Obrigações Sociais	4.823	6.228
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	18.935	10.289
2.01.02	Fornecedores	102.225	83.393
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	61.543	52.318
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	40.682	31.075
2.01.03	Obrigações Fiscais	16.559	9.237
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	9.471	3.129
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	5.419	870
2.01.03.01.02	Outras obrigações fiscais federais	4.052	2.259
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	6.702	5.673
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	386	435
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	243.284	231.488
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	212.024	199.738
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	102.881	40.700
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	109.143	159.038
2.01.04.02	Debêntures	31.260	31.750
2.01.05	Outras Obrigações	102.849	40.138
2.01.05.02	Outros	102.849	40.138
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	43.157	11.210
2.01.05.02.04	Verbas diretas	7.104	5.550
2.01.05.02.05	Fretes a pagar	9.776	11.013
2.01.05.02.07	Instrumentos financeiros derivativos	32.673	2.273
2.01.05.02.08	Financiamento de impostos	2.551	2.909
2.01.05.02.09	Outras contas a pagar	7.588	7.183
2.02	Passivo Não Circulante	211.482	333.289
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	165.267	279.219
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	122.387	222.059
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	97.782	110.664
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	24.605	111.395
2.02.01.02	Debêntures	42.880	57.160
2.02.02	Outras Obrigações	11.428	9.695
2.02.02.02	Outros	11.428	9.695
2.02.02.02.04	Financiamento de impostos	2.507	2.957
2.02.02.02.05	Outras contas a pagar	6.951	6.738
2.02.02.02.06	Instrumentos Financeiros	1.970	0
2.02.03	Tributos Diferidos	20.809	35.692
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	20.809	35.692
2.02.04	Provisões	13.978	8.683
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	13.978	8.683
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	2.518	2.648
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	7.434	3.267
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	4.026	2.768
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	481.594	518.896

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2.03.01	Capital Social Realizado	198.002	197.873
2.03.02	Reservas de Capital	601	601
2.03.04	Reservas de Lucros	262.710	296.291
2.03.04.01	Reserva Legal	22.148	22.148
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	222	33.456
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	240.340	240.687
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	20.281	23.222
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	0	909

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	409.114	749.537	345.060	681.225
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-278.978	-516.137	-220.253	-429.712
3.03	Resultado Bruto	130.136	233.400	124.807	251.513
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-111.159	-210.634	-99.625	-199.054
3.04.01	Despesas com Vendas	-81.637	-148.400	-67.124	-133.559
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-25.627	-46.725	-30.730	-58.596
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-3.895	-15.509	-1.771	-6.899
3.04.05.01	Honorários da administração	-2.080	-4.326	-2.056	-3.950
3.04.05.02	Depreciação e amortização	-1.924	-4.203	-2.759	-5.474
3.04.05.03	Outras despesas operacionais líquidas	109	-6.980	3.044	2.525
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	18.977	22.766	25.182	52.459
3.06	Resultado Financeiro	-19.641	-28.795	-7.149	-5.832
3.06.01	Receitas Financeiras	48.723	116.695	46.020	99.266
3.06.02	Despesas Financeiras	-68.364	-145.490	-53.169	-105.098
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-664	-6.029	18.033	46.627
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	7	3.279	1.178	-7.152
3.08.01	Corrente	-7.314	-11.602	-320	-375
3.08.02	Diferido	7.321	14.881	1.498	-6.777
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-657	-2.750	19.211	39.475
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-657	-2.750	19.211	39.475
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-657	-2.750	19.211	39.475
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-657	-2.570	19.211	39.475
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-26	-1.100	-366	60
4.02.01	Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	196	-878	-366	60
4.02.02	Realização do custo atribuído	-222	-222	0	0
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-683	-3.670	18.845	39.535
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-683	-3.670	18.845	39.535

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	41.358	112.623
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	13.009	85.104
6.01.01.01	Lucro/Prejuízo líquido do exercício	-2.750	39.475
6.01.01.02	Depreciação e amortização	13.373	12.294
6.01.01.04	Resultado de ativo imobilizado e intangível baixado	1.553	185
6.01.01.05	Constituição (reversão) de provisão para redução ao valor recuperável	766	513
6.01.01.06	Constituição (reversão) de provisão para contingências	-5	1.101
6.01.01.07	Constituição (reversão) de provisão para perda em estoque	113	743
6.01.01.08	Juros, variações monetárias e cambiais, líquidas	-33.512	51.907
6.01.01.09	Constituição de IR e CS diferidos	-14.881	6.777
6.01.01.10	Ajuste a valor de mercado	58.501	-21.434
6.01.01.11	Constituição (reversão) de provisão para reestruturação	721	-3.551
6.01.01.12	Créditos extemporâneo de ICMS/ INSS/ PIS/ COFINS	-10.999	-2.906
6.01.01.13	Aumento de capital com reservas de incentivos federais	129	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	28.349	27.519
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	1.520	22.952
6.01.02.02	Estoques	-11.821	-3.597
6.01.02.03	Impostos e contribuições sociais a compensar	2.583	7.951
6.01.02.04	Créditos com controladas	0	-794
6.01.02.05	Outros créditos	-16.968	-2.136
6.01.02.06	Fornecedores	44.675	20.363
6.01.02.07	Tributos a recolher	7.068	-15.264
6.01.02.08	Obrigações sociais e trabalhistas	7.496	-87
6.01.02.09	Débito com outras partes relacionadas	-606	0
6.01.02.10	Fretes a pagar	-1.237	0
6.01.02.11	Provisão para contingências	0	-750
6.01.02.12	Outras contas a pagar	-3.532	-6.131
6.01.02.13	Instrumentos financeiros derivativos	0	15.764
6.01.02.14	Financiamento de impostos	-829	500
6.01.02.15	Dividendos propostos	0	-11.252
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	56.319	-31.106
6.02.01	Intangível	-192	-518
6.02.02	Imobilizado	-43.764	-32.074
6.02.03	Recebimento de dividendos	0	1.486
6.02.04	Resgate de aplicação financeira	100.275	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-54.067	23.096
6.03.01	Captação de empréstimos e financiamentos	45.480	130.174
6.03.02	Amortização do principal de empréstimos e financiamentos	-87.445	-87.097
6.03.03	Amortização de juros de empréstimos e financiamentos	-6.822	-4.331
6.03.05	Dividendos distribuídos	-1.510	-15.650
6.03.06	Amortização de principal de debêntures	-14.280	0
6.03.07	Amortização de juros de debêntures	-6.337	0
6.03.08	Captação de instrumentos financeiros derivativos	16.847	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	43.610	104.613

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	103.773	139.668
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	147.383	244.281

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	197.873	601	296.291	0	24.131	518.896	0	518.896
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	-218	0	0	-218	0	-218
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	197.873	601	296.073	0	24.131	518.678	0	518.678
5.04	Transações de Capital com os Sócios	129	0	-33.585	0	0	-33.456	0	-33.456
5.04.01	Aumentos de Capital	129	0	-129	0	0	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	-33.456	0	0	-33.456	0	-33.456
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	-2.528	0	-1.100	-3.628	0	-3.628
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	-2.750	0	0	-2.750	0	-2.750
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	222	0	-1.100	-878	0	-878
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-878	-878	0	-878
5.05.02.06	Realização do Custo Atribuído	0	0	222	0	-222	0	0	0
5.07	Saldos Finais	198.002	601	259.960	0	23.031	481.594	0	481.594

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	197.873	601	235.386	0	22.980	456.840	23	456.863
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	197.873	601	235.386	0	22.980	456.840	23	456.863
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-15.650	0	0	-15.650	0	-15.650
5.04.06	Dividendos	0	0	-15.650	0	0	-15.650	0	-15.650
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	147	39.474	-87	39.534	0	39.534
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	39.474	0	39.474	0	39.474
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	147	0	-87	60	0	60
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	60	60	0	60
5.05.02.06	Realização do custo atribuído	0	0	147	0	-147	0	0	0
5.07	Saldos Finais	197.873	601	219.883	39.474	22.893	480.724	23	480.747

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
7.01	Receitas	889.370	762.170
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	924.572	772.736
7.01.02	Outras Receitas	-34.490	-10.068
7.01.02.01	(-) Abatimentos e descontos	-34.096	-11.302
7.01.02.02	Outras receitas	-394	1.234
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-712	-498
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-707.222	-549.618
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-621.125	-387.009
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-86.154	-160.274
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-4.757	1.292
7.02.04	Outros	4.814	-3.627
7.03	Valor Adicionado Bruto	182.148	212.552
7.04	Retenções	-13.576	-12.748
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-13.576	-12.748
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	168.572	199.804
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	116.696	99.266
7.06.02	Receitas Financeiras	116.696	99.266
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	285.268	299.070
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	285.268	299.070
7.08.01	Pessoal	83.180	84.779
7.08.01.01	Remuneração Direta	49.793	49.567
7.08.01.02	Benefícios	17.332	17.140
7.08.01.03	F.G.T.S.	5.388	5.796
7.08.01.04	Outros	10.667	12.276
7.08.01.04.01	Honorários da administração	4.338	3.950
7.08.01.04.02	Participação dos empregados nos lucros	4.310	6.752
7.08.01.04.03	Outros gastos	2.019	1.574
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	53.540	63.015
7.08.02.01	Federais	26.481	20.734
7.08.02.02	Estaduais	25.688	40.960
7.08.02.03	Municipais	1.371	1.321
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	151.298	111.801
7.08.03.01	Juros	144.685	105.098
7.08.03.02	Aluguéis	6.613	6.703
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-2.750	39.475
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-2.750	39.475

Comentário do Desempenho



Divulgação dos resultados do segundo trimestre de 2016

Fortaleza – CE, 11 de agosto de 2016. – A J. Macêdo S.A. (“J.Macêdo”), Companhia líder nacional nos mercados de farinha para uso doméstico e mistura para bolos, divulga seus resultados do segundo trimestre de 2016 (2T16). As informações operacionais e financeiras estão apresentadas em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma. As comparações referem-se ao segundo trimestre de 2015 (2T15), salvo indicação contrária.

Mensagem da administração

A economia brasileira continua em recessão, apesar dos sinais de melhoria da atividade econômica apresentados na indústria, com estabilidade da demanda e queda dos estoques. Dando continuidade ao compromisso já compartilhado nas demonstrações financeiras do primeiro trimestre, a J. Macedo segue com um plano de ação consistente, que visa preservar a eficiência operacional, obtendo avanços importantes na sua estratégia.

No início do segundo trimestre de 2016, a fábrica de massas situada em Pouso Alegre – MG foi desativada. A produção anteriormente realizada pela unidade foi transferida para a fábrica de São José dos Campos - SP. Os principais resultados obtidos com a busca de sinergia foram o ganho de eficiência operacional, aumento de produtividade e redução de custos. Esta ação foi realizada com base num planejamento bem estruturado, alicerçado em princípios sólidos e respeito às pessoas.

Seguindo o planejamento, direcionamos as vendas para acelerar o crescimento e incrementar o resultado, e apesar da retração na economia, mantivemos o volume de faturamento equilibrado em relação ao mesmo período do ano anterior. Alcançamos um crescimento de 10,6% na receita bruta acumulada, passando de R\$ 772,7 milhões no primeiro semestre de 2015, para R\$ 854,4 milhões em 2016.

Todavia, o impacto do dólar no principal insumo, o trigo, elevou o custo e foi o responsável pela redução do lucro bruto de R\$ 251,5 milhões no primeiro semestre de 2015, para R\$ 233,4 milhões em 2016. Com a valorização da moeda real frente ao dólar, do período compreendido entre a contratação das proteções de câmbio e o fechamento do semestre, registramos um efeito negativo de ajuste a valor de mercado, refletindo um aumento do resultado financeiro negativo. O lucro líquido passou de R\$ 39,5 milhões positivo no primeiro semestre de 2015, para um prejuízo de R\$ 2,75 milhões no mesmo período de 2016.

O foco das ações e o claro direcionamento dado ao time nos permite afirmar que seguimos otimistas em relação aos resultados deste exercício, pois acreditamos na força das nossas marcas e na capacidade de atuação de nosso time.

A Administração.

Comentário do Desempenho



Destaques do período

- ☞ A receita bruta cresceu de R\$ 772,7 milhões no 1S15 para R\$ 854,4 milhões no 1S16, um acréscimo de 10,6% no comparativo dos períodos;
- ☞ A receita líquida de impostos aumentou dos R\$ 681,2 milhões no 1S15 para R\$ 749,5 milhões no 1S16, um incremento de 10,0% entre os períodos apresentados;
- ☞ O faturamento da categoria de farinhas e farelo obteve um incremento de 8,7%, passando de R\$ 401,2 milhões no 1S15 para R\$ 436,3 milhões no 1S16;
- ☞ O faturamento da categoria de massas obteve um incremento de 18,0%, passando de R\$ 211 milhões no 1S15 para R\$ 249,0 milhões no 1S16;
- ☞ Os investimentos no 1S16 totalizaram R\$ 43,8 milhões, valor 34,4% maior que os R\$ 32,6 milhões do 1S15;
- ☞ O EBITDA no 1S16 foi de R\$ 36,2 milhões, uma queda de 44,3% em relação aos R\$ 65,2 de 1S15;

Principais destaques	2T16	2T15	2T16 X 2T15 (%)	1S16	1S15	1S16 X 1S15 (%)
Receita Bruta	464,9	390,0	19,2%	854,4	772,7	10,6%
Receita Líquida de Impostos	409,1	345,1	18,5%	749,5	681,2	10,0%
Faturamento						
Farinhas e farelo	234,3	198,1	18,3%	436,3	401,2	8,7%
Massas	131,7	111,6	18,0%	249,0	211,0	18,0%
Investimentos em imobilizado	23,3	15,3	52,3%	44,0	32,6	35,0%
Lucro Líquido	(0,6)	19,2	-103,1%	(2,8)	39,5	-107,0%
EBITDA	25,7	31,5	-18,4%	36,3	65,2	-44,3%

Comentário do Desempenho



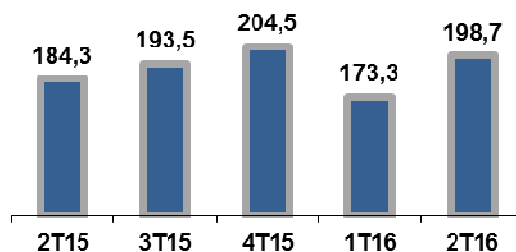
Desempenho Operacional

O volume de vendas apresentou, comparado ao segundo trimestre do ano anterior, um aumento de 7,7%, causado pela recuperação nos volumes em suas principais categorias. A Companhia manteve, no trimestre, a política de priorizar a rentabilidade, adequando sua política comercial nas diversas categorias e canais.

Abaixo, segue volume de vendas da controladora.

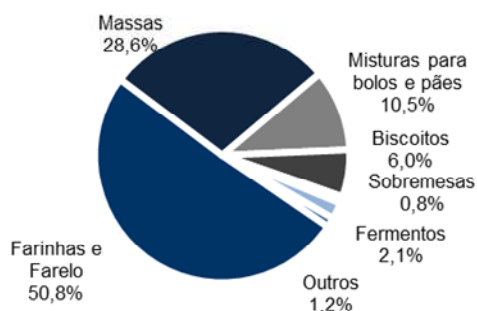
	2T16	2T15	2T16 X 2T15 (%)	1S16	1S15	1S16 X 1S15 (%)
Farinhas e farelo	142.566	132.808	7,3%	265.365	269.797	-1,6%
Massas	39.047	35.421	10,2%	73.878	67.302	9,8%
Misturas para bolos e pães	9.865	9.259	6,5%	18.065	20.604	-12,3%
Biscoitos	3.587	3.783	-5,2%	6.808	7.819	-12,9%
Sobremesas	344	213	61,7%	888	1.094	-18,8%
Fermentos	582	458	27,2%	1.045	870	20,2%
Subtotal Consumo	195.992	181.942	7,7%	366.050	367.486	-0,4%
Outros	2.747	2.370	15,9%	6.013	4.544	32,3%
Total	198.739	184.312	7,8%	372.063	372.030	0,0%

Volume de Vendas
(em toneladas)

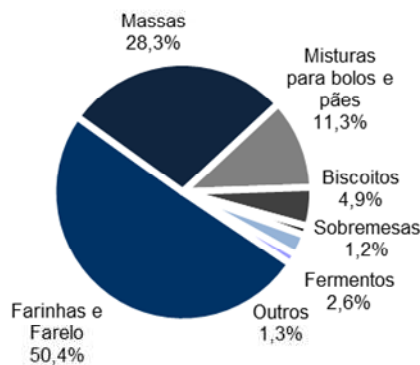


A participação das categorias na composição da receita bruta manteve-se relativamente estável em relação ao mesmo período do ano anterior conforme demonstrado.

Composição da Receita Bruta 2T15



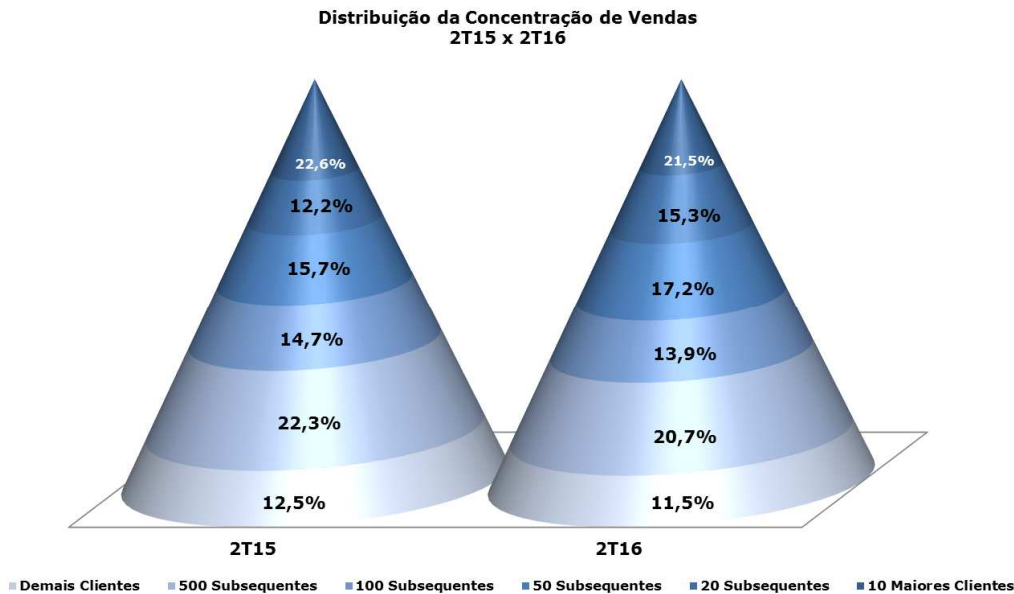
Composição da Receita Bruta 2T16



Comentário do Desempenho



Neste trimestre, o percentual da receita bruta dos 10 maiores clientes da Companhia representou 21,5% das vendas brutas, mantendo-se praticamente estável em relação ao mesmo período do ano anterior.



DESEMPENHO POR LINHA DE PRODUTO

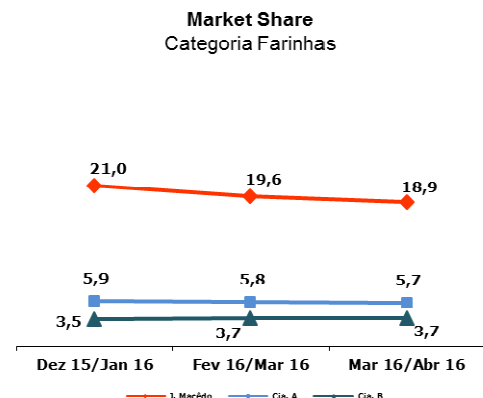
A Companhia apresenta a seguir as principais categorias e o desempenho por linha de produto.

Farinhas e Farelo:

Segundo a ACNielsen, o volume total do mercado comercializado de Farinhas Domésticas apresentou crescimento de 1,2% do ano móvel 2015 (Fev/Mar14 a Abr/Maio-15) para 2016 (Fev/Mar15 a Abr/Maio-16). A participação de mercado em volume da Companhia caiu de 23,2% para 20,6% no mesmo período.

A pesquisa realizada pela ACNielsen não considera o segmento de panificação, o qual contribuiu sensivelmente para o crescimento dos volumes totais de Farinhas.

A categoria de Farinhas e Farelo representou 50,4% da receita bruta da Companhia no 2T16 (2T15: 50,8%). A receita nesta categoria teve um crescimento de 8,7% do 1S15 para o 1S16.



Comentário do Desempenho



Massas:

Segundo a ACNielsen, o volume total do mercado comercializado de Massas caiu 0,3% no ano móvel de 2016 (Mai/Jun-15 a Mar/Abr-16) versus o ano móvel de 2015 (Mai/Jun-14 a Mar/Abr-15). A participação de mercado em volume da Companhia decresceu em 0,2% no mesmo período.

A categoria de Massas representou 28,3% da receita bruta da Companhia no 2T16, mantendo a sua participação praticamente estável em relação aos 28,6% do 2T15. No semestre, a participação da receita desta categoria aumentou de 27,3% no 1S15 para 29,1% no 1S16 do total da receita bruta. A receita de Massas aumentou 18,0% do 1S15 para o 1S16, impactada principalmente pela adequação de nossa política comercial.

Market Share
Categoria Massas

29,1 29,3 28,9

11,5 11,0 11,1
9,5 9,7 9,8

Nov/Dez 15 Jan/Fev 16 Mar/Abr 16

J. Macêdo Cia. A Cia. B

Buscamos volumes com margens favoráveis, através do reposicionamento das marcas e da concentração das ações em segmentos e regiões em que é possível obter maior valor agregado.

Misturas:

Segundo a ACNielsen, o volume total do mercado comercializado de Misturas cresceu 0,7% do ano móvel 2015 (Fev/Mar14 a Abr/Maio-15) para 2016 (Fev/Mar15 a Abr/Maio-16). A participação de mercado em volume da Companhia decresceu de 27,1% para 20,6% no mesmo período.

A participação da categoria de Misturas na receita bruta total da Companhia cresceu de 10,5% no 2T15 para 11,3% no 2T16. A receita dessa categoria aumentou 6,1% do 1S2015 para o 1S2016.

Market Share
Categoria Misturas

22,3 21,1 22,0
13,7 14,5 13,8
9,6 10,0 9,6

Dez 15/Jan 16 Fev 16/Mar 16 Mar 16/Abr 16

J. Macêdo Cia. A Cia. B

Outras categorias:

A categoria de Biscoitos representou 4,9% da receita bruta da Companhia no 2T16 (2T15: 6,0%). A receita nesta categoria diminuiu 4,0% do 2T15 para o 2T16.

A categoria de Sobremesas representou 1,2% da receita bruta da Companhia no 2T16 (2T15: 0,8%). A receita nesta categoria aumentou 71,5% do 2T15 para o 2T16.

A categoria de Fermentos representou 2,6% da receita bruta da Companhia no 2T16 (2T15: 2,1%). A receita nesta categoria cresceu 50,2% do 2T15 para o 2T16.

Comentário do Desempenho



Desempenho Econômico-Financeiro

PRINCIPAIS INDICADORES

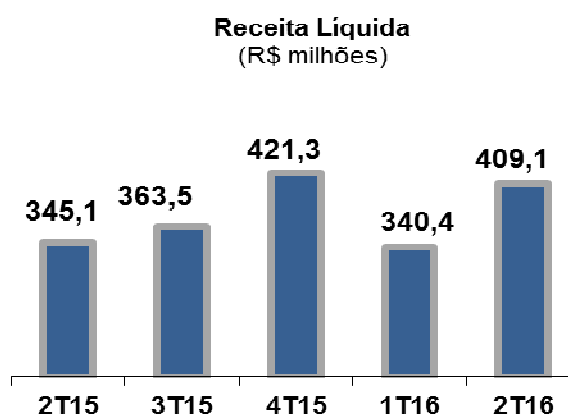
Principais Indicadores	2T16	2T15	2T16 X 2T15 (%)	1S16	1S15	1S16 X 1S15 (%)
Receita Bruta	464,9	390,0	19,2%	854,4	772,7	10,6%
Receita Líquida de Impostos	409,1	345,1	18,5%	749,5	681,2	10,0%
Lucro Bruto	130,1	124,8	4,2%	233,4	251,5	-7,2%
Lucro Bruto/ Receita Líquida (%)	31,8%	36,2%	-4,4 p.p.	31,1%	36,9%	-5,8 p.p.
Resultado antes do IR	(0,1)	18,0	-100,6%	(6,0)	46,6	-112,9%
Margem Operacional (%)	0,0%	5,2%	-5,2 p.p.	-0,8%	6,8%	-7,6 p.p.
EBITDA	25,7	31,5	-18,4%	36,3	65,2	-44,3%
Margem EBITDA (%)	6,3%	9,1%	-2,8 p.p.	4,8%	9,6%	-4,7 p.p.

RECEITA BRUTA

A receita bruta da Companhia totalizou R\$ 464,9 milhões no 2T16, um acréscimo de 19,2% em relação a igual período de 2015 (R\$ 390,0 milhões). A margem bruta foi inferior, passando dos 36,2% no 2T15 para 31,8% no 2T16.

RECEITA LÍQUIDA

A receita líquida da Companhia somou R\$ 409,1 milhões no 2T16, um aumento de 18,5% em relação ao mesmo período do ano anterior (R\$ 345,1 milhões).



Comentário do Desempenho

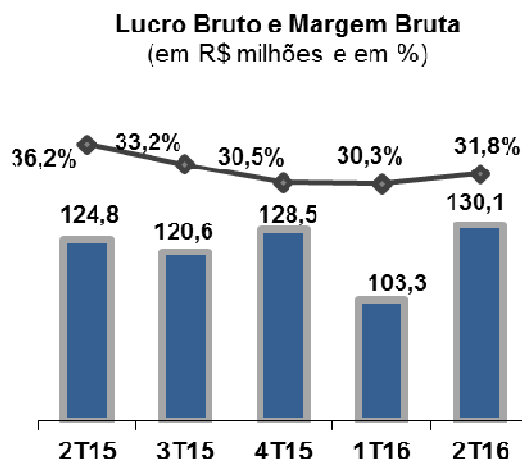


CUSTOS DE BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS

Os custos de bens e/ou serviços vendidos no 2T16 totalizaram R\$ 278,9 milhões, equivalentes a 68,2% da receita líquida, um aumento de 26,7% comparados aos R\$ 220,3 milhões (63,8% da receita líquida) registrados no 2T15. No 1S16, o valor registrado foi de R\$ 516,1 milhões, um aumento de 20,1% em relação ao mesmo período do ano anterior.

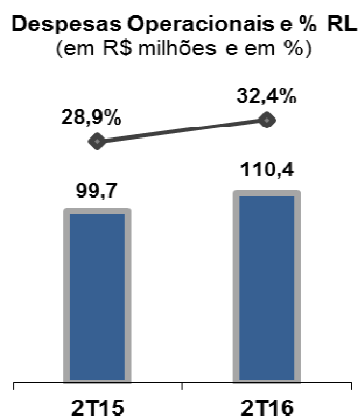
LUCRO BRUTO

O lucro bruto do 2T16 foi de R\$ 130,1 milhões, um crescimento de 4,2% em relação aos R\$ 124,8 milhões. No trimestre, este lucro representou 31,8% da receita líquida, enquanto no mesmo período do ano anterior representava 36,2%. No semestre, o lucro bruto atingiu R\$ 233,4 milhões, um decréscimo de 7,2% em relação ao mesmo período do ano anterior, cujo valor foi de R\$ 251,5 milhões.



DESPESAS OPERACIONAIS

As despesas operacionais do 2T16 totalizaram R\$ 110,4 milhões, correspondente a 32,4% da receita líquida do mesmo período, 10,7% acima dos R\$ 99,7 milhões registrados no 2T15 (28,9% da receita líquida). No semestre, as despesas foram de R\$ 210,6 milhões (28,1% da receita líquida), valor 5,7% maior que o mesmo período do ano anterior (29,2% da receita líquida).



Comentário do Desempenho



Despesas Operacionais	2T16	2T15	2T16 X 2T15 (%)	1S16	1S15	1S16 X 1S15 (%)
Vendas	(81,6)	(67,1)	21,6%	(148,4)	(133,6)	11,1%
Gerais e Administrativas	(25,5)	(30,7)	-16,9%	(46,7)	(58,6)	-20,3%
Honorários da Administração	(2,1)	(2,1)	0,0%	(4,3)	(4,0)	7,5%
Depreciação/Amortização	(1,3)	(2,8)	-53,6%	(4,2)	(5,5)	-23,6%
Outras Despesas/ Receitas	0,1	3,0	-96,7%	(7,0)	2,5	-380,0%
Total	(110,4)	(99,7)	10,7%	(210,6)	(199,2)	5,7%

RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

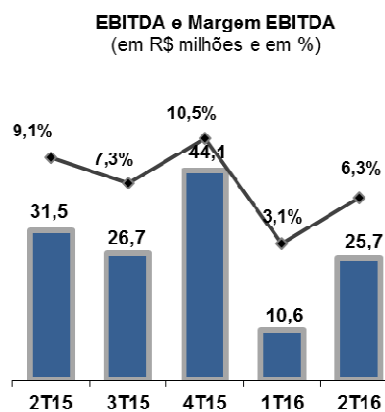
Resultado Financeiro	2T16	2T15	2T16 X 2T15 (%)	1S16	1S15	1S16 X 1S15 (%)
Receitas Financeiras	48,7	46,0	5,9%	116,7	99,3	17,5%
Despesas Financeiras	(68,3)	(53,2)	28,4%	(145,5)	(105,1)	38,4%
Total	(19,6)	(7,2)	172,2%	(28,8)	(5,8)	396,6%

A Companhia registrou, no 2T16, resultado financeiro líquido negativo de R\$ 19,6 milhões, impactado principalmente pela baixa do Dólar, que reduziu o ganho com ajuste a valor de mercado dos derivativos. O resultado financeiro líquido negativo do 1S16 de R\$ 28,8 milhões foi 4x maior que o mesmo período do ano anterior.

RESULTADO OPERACIONAL E EBITDA

A Companhia encerra o 2T16 com lucro operacional negativo de R\$ 663 mil. No mesmo período do ano passado, o lucro operacional foi positivo em R\$ 18,0 milhões.

O EBITDA (*lucro antes dos juros, impostos, depreciações e amortizações*) acumulado do 2T16 totalizou R\$ 25,7 milhões (margem de 6,3% da receita líquida), representando um decréscimo de 18,8% em relação aos R\$ 31,5 milhões (9,1% da receita líquida) do mesmo período do ano anterior.



O EBITDA acumulado dos últimos doze meses totalizou R\$ 107,1 milhões (margem de 7,0%), abaixo dos R\$ 159,5 milhões (margem de 11,0% da receita líquida) do mesmo período do ano anterior.

Comentário do Desempenho



Reconciliação do EBITDA	1S16	1S15
Lucro antes do IR e CS - LAIR	(6,0)	46,6
Depreciação/ Amortização Custos	9,3	7,3
Depreciação/ Amortização Despesas	4,1	5,5
Resultado Financeiro	28,8	5,8
EBITDA	36,3	65,2

LUCRO LÍQUIDO

O prejuízo registrado no 2T16 foi de R\$ 657 mil, com margem líquida de -0,02%, enquanto que, no mesmo período do ano passado, o lucro líquido foi positivo em R\$ 19,2 milhões com margem líquida de 5,56% da receita líquida. No acumulado do semestre, o prejuízo líquido atingiu R\$ 2,7 milhões, enquanto que, no mesmo período do ano anterior, o lucro líquido foi de R\$ 39,5 milhões.

ENDIVIDAMENTO

Dívida Líquida	2T16	2T15	2T16 X 2T15 (%)	1T16	2T16 X 1T16 (%)
Curto Prazo	243,2	217,4	11,9%	250,8	-3,0%
Empréstimos e Financiamentos	212,0	165,8	27,9%	222,2	-4,6%
Debêntures	31,2	51,6	-39,5%	28,6	9,1%
Longo Prazo	165,2	260,8	-36,7%	181,7	-9,1%
Empréstimos e Financiamentos	122,3	189,4	-35,4%	138,8	-11,9%
Debêntures	42,9	71,4	-39,9%	42,9	0,0%
Total Endividamento	408,4	478,2	-14,6%	432,5	-5,6%
(-) Caixa	(167,2)	(244,3)	-31,6%	(180,6)	-7,4%
(-) Instrumentos Financeiros Derivativos	(27,7)	(19,3)	43,5%	(11,0)	151,8%
Dívida Líquida	213,5	214,6	-0,5%	240,9	-11,4%

O total do endividamento da companhia foi 5,6% menor que o trimestre anterior, e 11,4% menor com relação à dívida líquida, quando comparado ao primeiro trimestre. Esta redução deve-se, principalmente, aos pagamentos efetuados de empréstimos.

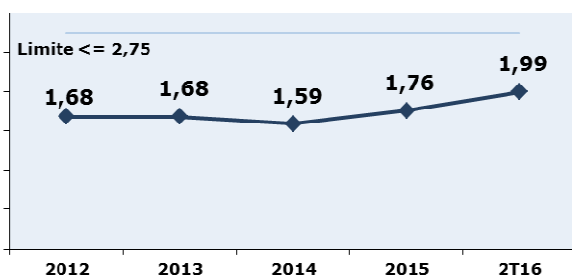
Com relação a dívida líquida versus Ebitda, no 2T16, percebe-se uma queda de 6,6% quando comparado com o 1T16.

Comentário do Desempenho

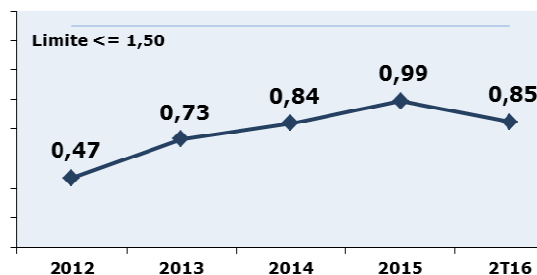


Covenants	2T16	2T15	2T16 X 2T15 (%)	1T16	2T16 X 1T16 (%)
Dívida financeira líquida/Ebitda <= 2,75	1,99	1,35	47,4%	2,13	-6,6%
Dívida financeira bruta/Patrimônio líquido <= 1,50	0,85	0,99	-14,1%	0,84	1,2%
Ebitda/Despesas financeiras líquidas >= 1,75	8,85	17,11	-48,3%	10,5	-15,3%

Dívida financeira líquida/Ebitda



Dívida financeira bruta/Patrimônio líquido



Os indicadores financeiros, tais como os de liquidez e custo líquido da dívida, continuaram em patamares robustos neste período, dentro dos limites definidos pelos *covenants* dos contratos de financiamentos.

Investimentos

No 2T16, o total de investimentos da Companhia foi de R\$ 23,3 milhões, um aumento de 52,3% em relação aos R\$ 15,3 milhões em investimentos no 2T15. No semestre, os investimentos totalizaram R\$ 44,0 milhões, valor 35,0% maior que o mesmo período no ano anterior.

Com a finalidade de melhorar sua competitividade e manter sua posição de liderança, a J. Macêdo segue com o plano de investimentos, principalmente em melhorias operacionais, focando em ganhos de produtividade com aumento de capacidade produtiva e na modernização das unidades com novas tecnologias.

Desempenho Setorial

DESEMPENHO DO TRIGO

Mercado Internacional

O segundo trimestre de 2016 foi encerrado com a projeção de novos aumentos nos estoques mundiais, após a divulgação pelo *United States Department of Agriculture* (USDA) da primeira projeção da safra 2016/2017. Segundo o relatório, a safra será superavitária, com a produção projetada em 730,83 milhões de Ton e o consumo em 716,00 milhões de Ton, elevando os estoques mundiais de 243,01 para 257,84 milhões de Ton. Com isso, o suprimento mundial segue em situação bastante confortável, com os maiores estoques já vistos para a *commodity*.

Comentário do Desempenho



Diante da expectativa de aumento na oferta global, os preços do trigo na bolsa de Kansas, que precifica o trigo “hard”, encerraram o período em nova mínima, negociado a USD 3,97/bu em 30 de junho, o menor preço desde 2006. Antes desta baixa o mercado chegou a apresentar picos de alta, cotado acima de USD 4,90/bu em alguns dias de abril e junho, influenciados pelos riscos climáticos e pelas altas verificadas nos preços do milho e soja.

Na Argentina os preços tiveram comportamento diferente, com alta no trimestre. Os valores saíram de USD 195/Ton, para o trigo com 12% de proteína, para cerca de USD 220/Ton na condição FOB no complexo de Up River. Esta alta ocorreu após o país exportar cerca de 6,6 milhões de Ton, sendo 4,1 milhões de Ton como trigo ração e o restante como trigo pão. O Brasil participou comprando 1,6 milhões de Ton, ou 24% do total exportado pelo país vizinho. Como as ofertas se tornaram mais escassas, os preços subiram. A disponibilidade para vendas é baixa, sendo que a maior parte do volume é de trigos de baixa proteína, não atendendo ao padrão mínimo para a produção de alguns tipos de farinhas.

Mercado Nacional

No mercado interno a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) manteve a estimativa da safra 2015 em 5,53 milhões de Ton e projetou a safra 2016, que deve ser colhida a partir de setembro, em 5,88 milhões de Ton, aumento de 6,3% devido a ganhos na produtividade.

No trimestre os preços do trigo apresentaram expressiva alta em função de dois fatores principais: 1) a baixa disponibilidade, característica do período de entressafra; e 2) os altos preços do milho, que levaram indústrias de ração a comprar trigo como insumo alternativo, elevando consideravelmente a demanda pelo cereal. Com isso, no interior do PR os preços saíram de R\$ 800/Ton para R\$ 920/Ton e no interior do RS passaram de R\$ 700/Ton para R\$ 850/Ton.

A tendência é que os preços permaneçam em alta até a entrada da próxima safra, prevista para o início de setembro.

Pessoas & Gestão

Temos realizado um trabalho importante e em sinergia com todas as áreas da empresa para elevar o nosso patamar de gestão do Capital Humano. Neste sentido, mesmo frente ao cenário atual, mantivemos neste segundo trimestre os investimentos já programados em educação continuada e desenvolvimento do time. Até junho de 2016, tivemos 395 participações em treinamentos específicos para liderança realizados através da Academia J. Macêdo.

Alinhada aos desafios estratégicos da Companhia, em conjunto com a área Comercial, a área de Pessoas e Gestão tem liderado o Projeto de Internalização de Promotores, que iniciou pelo Rio de Janeiro no primeiro trimestre com a admissão de mais 80 promotores próprios e chegou em junho ao Estado de São Paulo com previsão de admitir mais 270 colaboradores, que terão a importante missão de garantir uma execução de excelência nos pontos de vendas.

Somada a isto, em Maio lançamos, o Projeto Excelência em SSMA (Segurança, Saúde e Meio Ambiente). Uma iniciativa robusta e de classe mundial que visa entre outros objetivos promover uma mudança que elevará a nossa empresa a um novo patamar de excelência na gestão de

Comentário do Desempenho



Segurança, Saúde e Meio Ambiente. Um marco em nossa história. O Projeto Excelência em SSMA trará maior disciplina operacional, além de ganhos em eficiência, produtividade e qualidade nas operações. O objetivo da J. Macêdo é ter zero acidente de trabalho.

Também neste período, realizamos outras iniciativas com impacto corporativo como a gestão de desempenho do time, o fortalecimento da comunicação interna com destaque para as reuniões “Diálogo com a Gestão” realizadas mensalmente em todo o Brasil, além de ações voltadas para a segurança e a saúde de nossos colaboradores.

Contribuir com o crescimento sustentável da J. Macêdo e de seu Capital Humano é o desafio diário e compromisso de todos nós que fazemos a J. Macêdo.

Auditoria Independente

Em atendimento à Instrução CVM 381/2003 e às políticas internas da Companhia, informamos que desde a contratação da KPMG Auditores Independentes, foram prestados pela mesma, apenas serviços de Auditoria Externa.

As informações não financeiras da Companhia não foram revisadas pelos Auditores Independentes.

Disclaimer

As declarações contidas neste relatório relativas à perspectiva dos negócios da Companhia e ao potencial de crescimento dela constituem-se em meras previsões e foram baseadas nas expectativas da administração em relação ao seu futuro.

Essas expectativas são altamente dependentes de mudanças no mercado e no desempenho econômico geral do país, do setor e dos mercados internacionais; estando, portanto, sujeitas a mudanças.

Notas Explicativas

*J.Macêdo S.A.
Relatório sobre a revisão das Informações Trimestrais – ITR
Período findo em 30 de junho de 2016*

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Informações sobre a Companhia e Controladas**1.1 Objeto social**

A J. Macêdo S.A. (“Companhia”), domiciliada no Brasil, com sede na Rua Benedito Macêdo, 79, Cais do Porto, Fortaleza, Ceará, atua na produção e comercialização de farinhas de trigo, misturas para pães e bolos, gelatinas e sobremesas, massas alimentícias, biscoitos e fermentos, segregados por categorias de negócios, vendidas principalmente sob as marcas Dona Benta, Sol, Petybon, Brandini, Veneranda, Boa Sorte e Chiarini.

A Companhia opera com unidades produtivas nas regiões Nordeste, Sudeste e Sul, e centros de distribuição nos principais mercados do Brasil, com a finalidade de melhor atender os clientes. Esses centros de distribuição, além de facilitarem a movimentação de produtos acabados, contribuem para melhor armazenagem dos produtos.

As informações trimestrais individuais e consolidadas da Companhia abrangem a Companhia, suas controladas e sua operação controlada em conjunto (conjuntamente referidas como “Grupo”).

2 Reorganização societária

Em 17 de dezembro de 2015 foi aprovada, em Assembleia Geral Extraordinária, a incorporação da Pico da Caledônia Empreendimentos e Participações S.A. pela Companhia.

Essa reorganização societária não representou qualquer alteração na posição patrimonial consolidada, pois a Companhia já detinha o controle direto da entidade incorporada e teve como objetivo a simplificação da estrutura societária da Companhia.

O acervo líquido incorporado pela Companhia está assim representado:

Pico da Caledônia Empreendimentos e Participações S.A.	R\$
Ativo circulante	11.342
Ativo não circulante	15.835
Total do ativo	<u>27.177</u>
Passivo circulante	11
Passivo não circulante	2.441
Total do passivo	<u>2.452</u>
Acervo líquido incorporado	<u>24.725</u>

Notas Explicativas

J.Macêdo S.A.
Relatório sobre a revisão das Informações Trimestrais – ITR
Período findo em 30 de junho de 2016

3 Desativação de unidade

Por decisões estratégicas da Companhia, no mês de maio de 2016, foram paralisadas as atividades de produção da filial situada em Pouso Alegre, MG. O volume de produção realizado por esta unidade foi transferido para a unidade da Companhia situada em São José dos Campos, SP. Os efeitos contábeis, quando aplicáveis, foram registrados dentro da devida competência. Conforme citado nas notas 16.2.2 e 29, respectivamente, realizamos reclassificação de imobilizado como bens destinados à venda e provisão para reestruturação.

4 Base de preparação

4.1 Declaração de conformidade

As informações trimestrais individuais e consolidadas foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das informações trimestrais individuais e consolidadas da Companhia para o período findo em 30 de junho de 2016 foi autorizada pelos membros do Conselho de Administração em 11 de agosto de 2016.

4.2 Base de mensuração

As informações trimestrais individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais pelo valor justo: instrumentos financeiros derivativos e propriedades para investimento.

4.3 Moeda funcional e de apresentação

As informações trimestrais individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Grupo, exceto pela controlada Cipolin S.A., que tem o dólar norte-americano como moeda funcional. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4.4 Uso de estimativas e julgamentos

As informações trimestrais individuais e consolidadas foram elaboradas com base em premissas de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação destas informações trimestrais foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas informações trimestrais. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos e passivos financeiros derivativos, propriedades para investimento pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para redução ao valor recuperável de contas a receber, benefícios de curto prazo a empregados, contabilização de acordos contendo arrendamento mercantil, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Notas Explicativas

J.Macêdo S.A.
Relatório sobre a revisão das Informações Trimestrais – ITR
Período findo em 30 de junho de 2016

5 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas informações trimestrais individuais e consolidadas.

5.1 Base de consolidação

As informações trimestrais consolidadas são compostas pelas informações trimestrais da Companhia, de suas controladas e da operação controlada em conjunto em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, apresentadas abaixo a seguir:

Razão social	País sede	% Participação societária	
		30/06/2016	31/12/2015
(a) Cipolin S.A. ("Cipolin")	Uruguai	100,0	100,0
(b) Tergran - Terminais de Grãos de Fortaleza Ltda. ("Tergran")	Brasil	33,3	33,3

(a) **Cipolin (sociedade de capital fechado)** - A controlada da J. Macêdo S.A. foi constituída em 1985 sob a razão social de "Cipolin S.A.", detendo a controladora a propriedade de 100% do capital social da Companhia que é constituído por 459.773.063 ações. A Cipolin se dedica ao processo de intermediação da compra de trigo, substancialmente da Argentina, para a J. Macêdo S.A., repassando o produto adquirido no exterior, seguindo rigorosamente as condições de preço do mercado internacional de trigo vigentes no momento de cada operação.

(b) **Tergran (sociedade de capital fechado)** - A operação controlada em conjunto com as empresas Grande Moinho Cearense S.A. e M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos, as quais detêm participações iguais no capital social e nomeiam, de comum acordo, o diretor operacional encarregado pela Administração da Tergran. O investimento é considerado como operação controlada em conjunto (*joint operation*). A Tergran é uma empresa de propósito específico, cujo objeto social é a exploração da atividade de operadora portuária, realizando, em especial, a descarga e armazenagem de grãos no porto de Fortaleza para atender aos três moinhos localizados na zona portuária.

As participações de não controladores representam a parcela do lucro ou prejuízo e patrimônio líquido não detida pela Companhia e são apresentadas separadamente na demonstração do resultado do período, na demonstração do resultado abrangente e no patrimônio líquido no balanço patrimonial da controladora.

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo são eliminados na preparação das informações trimestrais consolidadas.

Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida.

Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Notas Explicativas

J.Macêdo S.A.
Relatório sobre a revisão das Informações Trimestrais – ITR
Período findo em 30 de junho de 2016

5.2 Controlada e operação controlada em conjunto

As informações trimestrais das controladas e da operação controlada em conjunto são incluídas nas informações trimestrais consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis das controladas e da operação controlada em conjunto estão alinhadas com as políticas adotadas pelo Grupo.

A operação controlada em conjunto é aquela na qual a Companhia possui controle compartilhado, estabelecido contratualmente e que requer consentimento unânime nas decisões estratégicas e operacionais.

Nas informações trimestrais individuais da controladora, os investimentos de suas controladas e da operação controlada em conjunto são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. Nas informações trimestrais consolidadas, os saldos de ativos, passivos, receitas e despesas, da operação controlada em conjunto, foram reconhecidos de acordo com a participação na entidade.

5.3 Conversão de saldos em moeda estrangeira

5.3.1 *Transações em moeda estrangeira*

As transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. As variações cambiais são reconhecidas na demonstração do resultado quando incorridas.

Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos com base na taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são reconhecidas no resultado.

5.3.2 *Operações no exterior*

Os ativos e passivos de operações no exterior são convertidos para Real às taxas de câmbio apuradas na data de apresentação. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas em Real pela média mensal das taxas de câmbio.

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas no patrimônio líquido, como ajustes acumulados de conversão.

5.4 Tributos sobre o lucro

Imposto de renda e contribuição social - Correntes

O imposto de renda e a contribuição social do período corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos.

Notas Explicativas

J.Macêdo S.A.
Relatório sobre a revisão das Informações Trimestrais – ITR
Período findo em 30 de junho de 2016

Impostos diferidos

O Grupo, fundamentado na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, reconhece os créditos tributários sobre prejuízos fiscais, despesas não dedutíveis temporariamente e bases negativas da contribuição social que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual o Grupo espera, ao final do período de elaboração das informações trimestrais, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos. Para propriedades para investimento que são mensuradas ao valor justo, existe a presunção que o valor contábil das propriedades para investimento será recuperado por venda não refutada.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data de elaboração das informações trimestrais.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e sejam referentes a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária e sobre a mesma entidade sujeita à tributação, ou sobre entidades tributáveis distintas, mas que exista a intenção de liquidar os impostos correntes passivos e ativos em uma base líquida ou os ativos e passivos fiscais serão realizados simultaneamente.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de elaboração das informações trimestrais e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

5.5 Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas.

O detalhamento sobre as subvenções governamentais da Companhia consta na nota explicativa 24

5.6 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros derivativos - reconhecimento e mensuração

O Grupo mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros.

Notas Explicativas

J.Macêdo S.A.
Relatório sobre a revisão das Informações Trimestrais – ITR
Período findo em 30 de junho de 2016

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e quaisquer custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e todas as variações em seu valor justo são reconhecidas imediatamente no resultado.

No período findo em 30 de junho de 2016 e exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foram realizadas operações com instrumentos financeiros derivativos, na modalidade “*swap*” e “*forwards*”, demonstradas na nota explicativa 31.

Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento, desreconhecimento e mensuração

O Grupo reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação.

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contatuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos ao reconhecimento dos fluxos de caixa contatuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pelo Grupo em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

São inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente registrados no resultado do período.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

a. Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando do método dos juros efetivos.

Os empréstimos e recebíveis compreendem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros créditos.

a.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo. O Grupo considera equivalentes de caixa, uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se

Notas Explicativas

J.Macêdo S.A.
Relatório sobre a revisão das Informações Trimestrais – ITR
Período findo em 30 de junho de 2016

qualifica como equivalente de caixa quanto tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

b. Passivos financeiros não derivativos-mensuração

Passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

c. Capital social

Ações ordinárias e preferenciais, se não resgatáveis ou resgatáveis somente por opção da Companhia, são classificadas como patrimônio líquido.

5.7 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável líquido, dos dois, o menor.

Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:

- **Matérias primas** - Custo de aquisição segundo o custo médio; e
- **Produtos acabados e em elaboração** - Custo dos materiais diretos e mão-de-obra e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda.

A Companhia registra provisão para perdas de estoques em função da data de validade dos produtos, de produtos avariados e/ou obsoletos.

5.8 Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo de certos itens do imobilizado em 1º de janeiro de 2009, data de transição do Grupo para o CPC (IFRS), foi determinado com base em seu valor justo naquela data.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos sejam auferidos pelo Grupo.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo

Notas Explicativas

J.Macêdo S.A.
Relatório sobre a revisão das Informações Trimestrais – ITR
Período findo em 30 de junho de 2016

menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que o Grupo obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado estão divulgadas na nota explicativa 16

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

5.9 Arrendamentos mercantis

No começo de um contrato, o Grupo define se ele é ou contém um arrendamento. Esse será o caso se as duas condições abaixo forem atendidas:

- a. Cumprimento do contrato é dependente do uso de um ativo ou ativos específicos; e
- b. O contrato contém direito de uso do ativo ou ativos.

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem ao Grupo basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado, são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa na demonstração do resultado de forma linear ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

5.10 Propriedades para investimento

Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos.

Propriedades para investimento são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos da transação. O valor contábil inclui o custo de reposição de parte de uma propriedade para investimento existente à época em que o custo for incorrido se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos, excluindo os custos do serviço diário dessa propriedade.

Após o reconhecimento inicial, propriedades para investimento são apresentadas ao valor justo, que reflete as condições de mercado na data do balanço. Ganhos ou perdas resultantes de variações do valor justo das propriedades para investimento são incluídos na demonstração do resultado no período em que forem gerados.

Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando a propriedade para investimento deixa de ser permanentemente utilizada e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. A diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado no período da baixa.

Transferências são feitas para a conta de propriedade para investimento, ou desta conta, apenas quando houver uma mudança no seu uso.

Notas Explicativas

J.Macêdo S.A.
Relatório sobre a revisão das Informações Trimestrais – ITR
Período findo em 30 de junho de 2016

5.11 Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no período em que for incorrido.

A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos ou perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

5.12 Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros

a. Ativos financeiros

Trimestralmente, o Grupo analisa se existem evidências objetivas que determinem se o valor contábil de um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não será recuperado. Caso se identifique tais evidências, o Grupo estima o valor recuperável do ativo. Essas evidências devem refletir que um evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados e que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título, dentre outras.

O Grupo considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, o Grupo utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas, se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

b. Ativos não financeiros (exceto estoques, propriedades para investimentos e impostos diferidos)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Notas Explicativas

J.Macêdo S.A.
Relatório sobre a revisão das Informações Trimestrais – ITR
Período findo em 30 de junho de 2016

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor justo menos custos de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo menos custos de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

O teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

5.13 Provisões

Provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Quando o Grupo espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada nas informações trimestrais, líquida de qualquer reembolso.

5.14 Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos resultados se o Grupo tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

Notas Explicativas

J.Macêdo S.A.
Relatório sobre a revisão das Informações Trimestrais – ITR
Período findo em 30 de junho de 2016

5.15 Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para o Grupo e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo devoluções, descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. O Grupo avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador e o custo associado puder ser mensurado adequadamente, o que geralmente ocorre na sua entrega.

Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras compreendem receitas de juros sobre fundos investidos, variação cambial e ganhos nos instrumentos financeiros derivativos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método de juros efetivos.

As despesas financeiras compreendem despesas de juros sobre empréstimos, perdas no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas sobre os ativos financeiros (exceto recebíveis) que estão reconhecidos no resultado. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

5.16 Segmento de negócios

Um segmento operacional é definido como um componente do Grupo para o qual haja informação financeira individualizada disponível, que é avaliada de forma regular pelo principal gestor das operações do Grupo na tomada de decisão sobre a alocação de recursos para um segmento e na avaliação do seu desempenho.

O Grupo atua no segmento alimentício com sete linhas de produtos: farinha, farelo, mistura para pães e bolos, gelatinas e sobremesas, massas alimentícias, biscoitos e fermento. A produção e comercialização dos produtos alimentícios por parte do Grupo não contam com apuração ou mensuração de lucros ou prejuízos operacionais ou mensuração de lucros ou prejuízos operacionais individualizados, que sejam regularmente revistos pelo principal gestor das operações, seja para tomada de decisão de investimentos, seja para avaliar seu desempenho em separado, nem com informação financeira individualizada disponível.

Tendo em vista que as decisões são tomadas com base em relatórios consolidados e que decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são feitas em bases consolidadas, o Grupo concluiu que tem somente um segmento passível de reporte.

5.17 Demonstração do valor adicionado

O Grupo elaborou as demonstrações dos valores adicionados (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das informações trimestrais conforme BRGAAP

Notas Explicativas

J.Macêdo S.A.
Relatório sobre a revisão das Informações Trimestrais – ITR
Período findo em 30 de junho de 2016

aplicável às companhias listadas na CVM, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

6 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2017. O Grupo não adotou essas alterações na preparação destas informações trimestrais. O Grupo não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

6.1 IFRS 9 *Financial Instruments* (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 *Financial Instruments: Recognition and Measurement* (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 9 vai ter nas informações trimestrais e nas suas divulgações.

6.2 IFRS 15 *Revenue from Contracts with Customers* (Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que ela espera receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente nas IFRS e nos princípios de contabilidade geralmente aceitos nos Estados Unidos da América (“U.S. GAAP”) quando for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2018. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS vai ter nas informações trimestrais e nas suas divulgações.

Adicionalmente, não se espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas informações trimestrais consolidadas do Grupo.

- *Acceptable Methods of Depreciation and Amortisation* (Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização) (alterações do CPC 27 / IAS 16 e CPC 04 / IAS 38).
- *Disclosure Initiative* (Iniciativa de Divulgação) (Alteração do CPC 26 / IAS 1).

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas informações trimestrais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Notas Explicativas

J.Macêdo S.A.
Relatório sobre a revisão das Informações Trimestrais – ITR
Período findo em 30 de junho de 2016

7 Caixa e equivalentes a caixa

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Bancos conta movimento	4.819	7.838	53.490	30.639
Equivalentes de caixa	93.893	58.000	93.893	73.134
	98.712	65.838	147.383	103.773

Os equivalentes de caixa referem-se a CDBs - Certificados de Depósitos Bancários pós-fixados e Operações Compromissadas, remunerados à taxa média de 100,29% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário (31 de dezembro de 2015: 100,77%) e estão destinadas à negociação imediata. Os equivalentes de caixa possuem liquidez diária e o resgate antecipado não ocasiona perdas financeiras significativas.

A Controlada Cipolin S.A. mantém seus recursos aplicados no Banco Safra - NY, em certificados de depósitos com correção de 0,25% a.a. (31 de dezembro de 2015: 0,25% a.a.), com prazo de 6 meses (31 de dezembro de 2015: 6 meses), no valor total de R\$ 10.904 (31 de dezembro de 2015: R\$ 14.809), e próximo vencimento para 04/07/2016 (31 de dezembro de 2015: 06/01/2016). Estas aplicações não possuem qualquer restrição de saque, estando disponíveis para resgate imediato.

O Grupo mantém os saldos de depósitos bancários e aplicações financeiras com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, por esse motivo foram considerados como caixa e equivalentes de caixa para fins de elaboração da Demonstração de Fluxo de Caixa.

8 Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Aplicações financeiras	19.847	120.122	19.847	120.122
	19.847	120.122	19.847	120.122

As aplicações financeiras se referem a CDBs - Certificados de Depósitos Bancários pós-fixados e Operações Compromissadas, remunerados à taxa média de 100,29% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário (31 de dezembro de 2015: 100,7%).

9 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Clientes no país	151.620	152.660	161.609	178.258
Desconto de verbas contratuais	(8.434)	(7.920)	(8.434)	(7.920)
Provisão para redução ao valor recuperável	(1.821)	(1.055)	(1.821)	(1.055)
	141.365	143.685	151.354	169.283

Notas Explicativas

J.Macêdo S.A.
Relatório sobre a revisão das Informações Trimestrais – ITR
Período findo em 30 de junho de 2016

Os descontos de verbas contratuais representam descontos firmados com grandes redes.

Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes é a seguinte:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Prazo:				
Valores a vencer:	141.305	141.608	151.294	167.206
Valores vencidos:				
de 1 a 30 dias	7.291	7.687	7.291	7.687
de 31 a 60 dias	816	2.203	816	2.203
de 61 a 90 dias	359	143	359	143
Acima de 90 dias	1.849	1.019	1.849	1.019
	<u>151.620</u>	<u>152.660</u>	<u>161.609</u>	<u>178.258</u>

A movimentação da provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber para o período findo em 30 de junho de 2016 e exercício findo em 31 de dezembro de 2015 está assim representada:

	<u>Controladora e consolidado</u>	
	30/06/2016	31/12/2015
Saldo inicial	(1.055)	(1.064)
Constituição de provisão	(766)	(1.680)
Reversões e baixas	-	1.689
Saldo final	<u>(1.821)</u>	<u>(1.055)</u>

Na nota explicativa 31.2.2 está demonstrado o montante de contas a receber por tipo de cliente, assim como os critérios estabelecidos para a provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber.

10 Estoques

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Produtos acabados	58.487	40.596	58.487	40.596
Matérias primas	54.835	42.537	54.835	42.537
Materiais de produção	14.214	15.713	14.214	15.713
Materiais de manutenção e outros	7.864	6.503	7.887	6.526
Produtos em processo	1.628	3.905	1.628	3.905
Adiantamentos para compra de matéria prima (a)	58.217	58.860	10.629	26.780
	<u>195.245</u>	<u>168.114</u>	<u>147.680</u>	<u>136.057</u>

- (a) Representado substancialmente por adiantamentos para compra de trigo e outras matérias primas. Os adiantamentos são liquidados em 30 dias, em média. Em 30 de junho de 2016, o montante de adiantamentos com a controlada Cipolin foi de R\$ 50.611 (31 de dezembro de 2015: R\$ 32.080).

Notas Explicativas

J.Macêdo S.A.
Relatório sobre a revisão das Informações Trimestrais – ITR
Período findo em 30 de junho de 2016

A provisão para perdas em estoques é refletida, em sua maior parte, nas contas de produtos acabados, matérias primas e materiais de manutenção. Segue abaixo a movimentação para o período em 30 de junho de 2016 e exercício findo em 31 de dezembro 2015:

	Controladora e consolidado	
	30/06/2016	31/12/2015
Saldo inicial	(4.482)	(4.676)
(Adições/reversões)	50	(282)
Saldo final	(4.432)	(4.958)

11 Impostos e contribuições sociais a recuperar

	Controladora					
	30/06/2016			31/12/2015		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
ICMS a ressarcir (a)	11.457	10.251	21.708	8.790	16.668	25.458
ICMS a apropriar (b)	15.704	8.071	23.775	12.392	3.842	16.234
ICMS a recuperar sobre ativo imobilizado	1.569	4.590	6.159	1.770	4.417	6.187
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	4.617	-	4.617	11.133	-	11.133
PIS a compensar (c)	6.609	3.146	9.755	6.265	4.634	10.899
COFINS a compensar (c)	27.081	26.621	53.702	20.519	21.350	41.869
Outros impostos e contribuições	1.151	-	1.151	1.022	-	1.022
	68.188	52.679	120.867	61.891	50.911	112.802
	Consolidado					
	30/06/2016			31/12/2015		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
ICMS a ressarcir (a)	11.457	10.251	21.708	8.790	16.668	25.458
ICMS a apropriar (b)	15.704	8.071	23.775	12.392	3.842	16.234
ICMS a recuperar sobre ativo imobilizado	1.569	4.590	6.159	1.770	4.417	6.187
Imposto de renda Contribuição social a compensar	4.617	-	4.617	11.133	-	11.133
PIS a compensar (c)	6.609	3.146	9.755	6.265	4.634	10.899
COFINS a compensar (c)	27.081	26.621	53.702	20.519	21.350	41.869
Outros impostos e contribuições	1.208	-	1.208	1.075	-	1.075
	68.245	52.679	120.924	61.944	50.911	112.855

Os impostos e contribuições sociais a compensar têm a seguinte origem:

- (a) Referem-se, substancialmente, a créditos sobre vendas para estados não signatários disciplinados pelos protocolos ICMS CONFAZ números 46/00 e 50/05, cujas operações caracterizam o direito de ressarcimento da parcela paga a título de substituição tributária, e, ao ICMS extraordinário do farelo de anos anteriores;

Notas Explicativas

*J.Macêdo S.A.
Relatório sobre a revisão das Informações Trimestrais – ITR
Período findo em 30 de junho de 2016*

- (b) Tratam-se de pagamentos antecipados de ICMS substituição tributária que serão apropriados no momento da venda; e
- (c) Crédito decorrente de pagamentos a maior e sobre aquisição de insumos e decorrente de ação transitada em julgado em 20 de fevereiro de 2015, no valor de R\$ 17.064, do direito de compensar o valor do indébito correspondente aos pagamentos dos tributos sobre a parte que excedeu a base de cálculo constitucionalmente prevista na importação.

12 Transações com partes relacionadas

As operações com partes relacionadas decorrem, principalmente, de transações entre empresas do Grupo.

Empresa líder do conglomerado

A J. Macêdo S.A. é controlada pela J.Macêdo Alimentos S.A., a qual é uma subsidiária da J.Macêdo S.A. - Comércio, Administração e Participações.

Entidades com influência significativa sobre a Companhia

J.Macêdo Alimentos S.A.

J.Macêdo S.A. - Comércio, Administração e Participações.

MAC-DO Administração e Participações S.A.

BDM Participações Ltda.

Operação controlada em conjunto

Tergran - Terminais de Grãos de Fortaleza Ltda., conforme detalhado na nota explicativa 4.1.

Empresas controladas

CIPOLIN S.A. - Companhia controlada, adquirida de sua controladora J. Macêdo Alimentos S.A., conforme nota explicativa 4.1.

Termos e condições de transações com partes relacionadas

Sobre os saldos de recebíveis entre as empresas do Grupo, em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, não há provisão registrada para perda ao valor recuperável, pela ausência de títulos em atraso com risco de realização.

Os empréstimos e recebíveis com partes relacionadas decorrem da gestão de caixa centralizada com as demais empresas integrantes do Grupo J. Macêdo, e sobre estes valores não incide qualquer encargo financeiro.

Notas Explicativas

J.Macêdo S.A.
Relatório sobre a revisão das Informações Trimestrais – ITR
Período findo em 30 de junho de 2016

Segue abaixo quadro das operações entre as partes relacionadas:

Companhias - Tipo de operação	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Ativo circulante				
Cipolin S.A. (a) - Adiantamento a fornecedores	50.611	32.080	-	-
Cipolin S.A. (a) - Empréstimos a receber	-	-	-	3.863
	50.611	32.080	-	3.863
Ativo não circulante				
J. Macêdo S.A. - Comércio, Administração e Participações - Empréstimos a receber	21.874	20.363	25.085	20.363
J. Macêdo Alimentos S.A. - Empréstimos a receber	2.411	1.954	2.411	1.954
	24.285	22.317	27.496	22.317
Passivo circulante				
J. Macêdo Alimentos S.A - Dividendos a pagar	(31.709)	(7.953)	(31.709)	(7.953)
Mac-do Adm. e Participações S.A. - Dividendos a pagar	(7.974)	(2.000)	(7.974)	(2.000)
BDM Participações Ltda. - Dividendos a pagar	(3.461)	(868)	(3.461)	(868)
Cipolin S.A. (a) - Fornecedores	(25.843)	-	-	-
Tergran - Empréstimos a pagar	(1.188)	(1.188)	-	-
	(70.175)	(12.009)	(43.144)	(10.821)
Resultado				
Cipolin S.A. - Custo com importação de trigo	78.191	67.319	-	-
Pico da Caledônia - Despesa de deprec. dos bens arrendados	-	162	-	162
Pico da Caledônia - Despesas de juros com arrendamento financeiro	-	688	-	-
Pico da Caledônia - Despesas de aluguéis dos bens arrendados	-	446	-	-
Tergran - Custos portuários	755	489	-	-
	78.946	69.104	-	162

(a) Empréstimos e recebíveis entre Cipolin e J. Macêdo Alimentos S.A.;

Remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia

A Assembleia Geral Ordinária determinou a fixação do pró-labore mensal e global dos administradores em até R\$ 1.080 (R\$ 13.000/ano 2016 e R\$ 13.000/ano 2015), cuja distribuição, individual, foi fixada pelos administradores. Em 30 de junho de 2016, as despesas com honorários da Administração foram de R\$ 4.326 (30 de junho de 2015: R\$ 3.950). A provisão para participação nos resultados está demonstrada na nota explicativa 28.

Avais e garantias

As operações para empréstimos e financiamentos junto a instituições financeiras são, em sua maioria, lastreadas por aval, notas promissórias e alienação fiduciária da Companhia.

As operações, no que concerne a garantias, receberam avais da controladora J.Macêdo Alimentos S.A., representando em 30 de junho de 2016, 51,10% (31 de dezembro de 2015: 51,09%) do saldo devedor total junto a instituições financeiras.

Os comentários sobre cláusulas restritivas estão apresentados nas notas explicativas 20 e 21.

Notas Explicativas

J.Macêdo S.A.
Relatório sobre a revisão das Informações Trimestrais – ITR
Período findo em 30 de junho de 2016

13 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos apresentam a seguinte natureza:

	Controladora e Consolidado	
	30/06/2016	31/12/2015
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	672	6.034
Diferenças temporárias:	-	-
Provisão para perda ao valor recuperável	507	294
Provisão para perdas com estoques	1.233	1.247
Provisão para contingências	3.888	3.658
Provisão de honorários de êxito	1.212	1.187
Programa de participação nos resultados	1.358	217
Perda operação "swap"	6.644	68
Outras provisões	2.857	2.186
Provisões Indedutíveis	489	-
Total diferido ativo	18.860	14.891
Ágio Chiarini	(1.780)	(1.780)
Ganho operação "swap"	(1.477)	(13.375)
Ajuste de avaliação patrimonial	(9.465)	(9.574)
Valor justo propriedades para investimentos	(17.000)	(17.000)
Juros sobre empréstimos capitalizados	(4.044)	(3.682)
Diferença depreciação fiscal	(5.903)	(5.172)
Total diferido passivo	(39.669)	(50.583)
Total de imposto diferido líquido	(20.809)	(35.692)

A composição da despesa com imposto de renda e contribuição social é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
Corrente				
Imposto de renda	(7.529)	(9)	(7.520)	(90)
Contribuição social	(4.062)	(256)	(4.058)	(285)
	<u>(11.591)</u>	<u>(265)</u>	<u>(11.578)</u>	<u>(375)</u>
Diferidos				
Imposto de renda	10.091	(4.632)	10.091	(4.632)
Contribuição social	4.790	(2.145)	4.790	(2.145)
	<u>14.881</u>	<u>(6.777)</u>	<u>14.881</u>	<u>(6.777)</u>
Receita (Despesa) com Imposto de Renda e Contribuição Social	<u>3.290</u>	<u>(7.042)</u>	<u>3.303</u>	<u>(7.152)</u>

Notas Explicativas

J.Macêdo S.A.
Relatório sobre a revisão das Informações Trimestrais – ITR
Período findo em 30 de junho de 2016

Reconciliação da taxa efetiva

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
(Prejuízo) lucro contábil antes do Imposto de Renda e da CSLL	(6.041)	46.517	(6.029)	46.627
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	2.054	(15.925)	2.050	(16.073)
Adições permanentes				
Despesas não dedutíveis	1.991	2.627	1.991	2.627
Itens não considerados como despesas pela legislação tributária	6.716	2.531	6.716	2.531
Realização de ajustes temporais	2.153	5.793	2.153	5.793
Adições temporárias				
Provisões temporárias	36.380	19.270	36.380	19.270
IR e CS diferida sobre adições temporárias				
Receitas de realizações futuras	(14.881)	6.777	(14.881)	6.777
Exclusões permanentes				
Itens não considerados como receitas pela legislação tributária	(5.678)	(24.646)	(5.678)	(24.646)
Realização de ajustes temporais	(97)	(429)	(97)	(429)
Reversão de provisões temporárias	(153)	(1.208)	(153)	(1.208)
Exclusões temporárias				
Provisões realizadas	(10.247)	(13.491)	(10.247)	(13.491)
Ganho de incentivos fiscais	(10.800)	(5.629)	(10.800)	(5.629)
Compensação de prejuízos fiscais e base negativa da CSLL	(6.483)	(414)	(6.483)	(414)
Ajustes negativo do imposto de renda de exercícios anteriores	199	-	199	-
Outros	(336)	(45)	(372)	(63)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do período	(3.291)	7.042	(3.323)	7.152
Alíquota efetiva	54,48%	15,14%	55,11%	15,34%

Notas Explicativas

J.Macêdo S.A.
Relatório sobre a revisão das Informações Trimestrais – ITR
Período findo em 30 de junho de 2016

14 Investimentos

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Participações em empresas controladas e controlada em conjunto	2.495	15.240	-	-
Ágio (Nota 17)	6.399	6.399	-	-
Outros investimentos	64	64	64	64
	<u>8.958</u>	<u>21.703</u>	<u>64</u>	<u>64</u>
		30/06/2016		31/12/2015
	Tergran	Cipolin	Tergran	Cipolin
Informações sobre as controladas:				
Quantidade de ações possuídas	2.193.000	459.773.063	2.193.000	459.773.063
Participação no capital total e votante:	33,33%	100,00%	33,33%	100,00%
Ativo circulante	5.399	85.610	4.989	68.823
Ativo não circulante	3.161	3.211	3.273	-
Total de ativos	<u>8.560</u>	<u>88.821</u>	<u>8.262</u>	<u>68.823</u>
Passivo circulante	1.075	93.187	945	56.022
Total de passivos	<u>1.075</u>	<u>93.187</u>	<u>945</u>	<u>56.022</u>
Capital social	9.204	10.576	9.204	10.576
Patrimônio líquido	7.485	(4.366)	7.317	12.801
Lucro líquido (prejuízo) do período	<u>168</u>	<u>(12.239)</u>	<u>(1.503)</u>	<u>13.136</u>

Notas Explicativas

J.Macêdo S.A.
Relatório sobre a revisão das Informações Trimestrais – ITR
Período findo em 30 de junho de 2016

Movimentação dos investimentos	30/06/2016			31/12/2015
	Tergran	Cipolin	Total	Total
Saldo inicial	2.439	12.801	15.240	26.349
Equivalência patrimonial (a)	56	(11.923)	(11.867)	12.256
Ajuste por incorporação	-	-	-	(24.864)
Ajuste por aumento de participação	-	-	-	23
Varição cambial de investimento no exterior	-	(878)	(878)	1.476
Saldo final	<u>2.495</u>	<u>-</u>	<u>2.495</u>	<u>15.240</u>

- (a) O resultado de equivalência da Cipolin no período foi negativo em R\$ 16.289, que corresponde a R\$ 11.923 registrados na conta de investimento e R\$ 4.366 registrados na provisão para perdas com investimentos.

15 Propriedades para investimentos

As propriedades para investimentos são registradas a valor justo, que foi determinado com base em avaliações realizadas pela empresa CPCON Gestão Patrimonial e Soluções Integradas Ltda., avaliadores independentes sediados no estado de São Paulo, em 31 de dezembro de 2015.

O valor justo dos imóveis foi determinado pelo Método Evolutivo, onde o valor do terreno foi obtido pelo Método Comparativo de Dados de Mercado e o valor das edificações e benfeitorias pelo Método da Quantificação de Custo, de acordo com a NBR 14653-2.

Os imóveis registrados como propriedades para investimento incluem imóveis comerciais que estão arrendados e/ou disponíveis para arrendamento a terceiros.

	Controladora e Consolidado	
	30/06/2016	31/12/2015
Saldo inicial	71.133	64.000
Reclassificações (a)	-	3.733
Ganho líquido de ajuste a valor justo	-	<u>3.400</u>
Saldo final	<u>71.133</u>	<u>71.133</u>

- (a) Referem-se a reclassificações de imóveis destinados a venda para propriedades para investimentos, conforme o CPC 28 - Propriedade para Investimento.

Notas Explicativas**J.Macêdo S.A.**

Relatório sobre a revisão das Informações Trimestrais – ITR

Período findo em 30 de junho de 2016

16 Imobilizado**16.1 Controladora****16.1.1 Composição dos saldos**

	Taxas médias anuais de depreciação %	30/06/2016			31/12/2015		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor total	Custo	Depreciação acumulada	Valor total
Terrenos	-	27.441	-	27.441	27.441	-	27.441
Edificações e outros imóveis	3,20	251.049	(67.908)	183.141	167.545	(65.762)	101.783
Máquinas, aparelhos e equipamentos industriais	8,79	234.694	(123.538)	111.156	246.423	(133.888)	112.535
Instalações	10,23	28.098	(10.444)	17.654	26.980	(9.626)	17.354
Móveis e utensílios	10,00	9.207	(6.551)	2.656	9.529	(6.603)	2.926
Equipamentos e aplicativos de processamento de dados	22,82	7.285	(6.683)	602	7.482	(6.719)	763
Veículos	16,91	3.189	(1.436)	1.753	9.684	(4.324)	5.360
Outros	18,16	6.453	(4.257)	2.196	6.924	(4.183)	2.741
		<u>567.416</u>	<u>(220.817)</u>	<u>346.599</u>	<u>502.008</u>	<u>(231.105)</u>	<u>270.903</u>
Imobilizado em andamento	-	36.357	-	36.356	115.783	-	115.783
Adiantamento a fornecedores	-	53.356	-	53.355	29.895	-	29.895
		<u>657.129</u>	<u>(220.817)</u>	<u>436.310</u>	<u>647.686</u>	<u>(231.105)</u>	<u>416.581</u>

16.1.2 Movimentação dos saldos

	Saldos em 31/12/2015	Adições	Alienações e/ou baixas	Transferências	Depreciação	Saldos em 30/06/2016
Terrenos	27.441	-	-	-	-	27.441
Edificações e outros imóveis	101.783	783	(818)	84.034	(2.641)	183.141
Máquinas, aparelhos e equipamentos industriais	112.535	2.355	(6.471)	9.674	(6.937)	111.156
Instalações	17.354	1.230	(497)	882	(1.315)	17.654
Móveis e utensílios	2.926	143	(174)	5	(244)	2.656
Equipamentos e aplicativos de processamento de dados	763	68	(11)	8	(226)	602
Veículos	5.360	240	(3.313)	-	(534)	1.753
Outros	2.741	220	(216)	-	(549)	2.196
Imobilizado em andamento	115.783	10.663	(35)	(90.055)	-	36.356
Adiantamento a fornecedores	29.895	28.008	-	(4.548)	-	53.355
	<u>416.581</u>	<u>43.710</u>	<u>(11.535)</u>	<u>-</u>	<u>(12.446)</u>	<u>436.310</u>

Notas Explicativas

J.Macêdo S.A.
Relatório sobre a revisão das Informações Trimestrais – ITR
Período findo em 30 de junho de 2016

16.2 Consolidado**16.2.1 Composição dos saldos**

	Taxas médias anuais de depreciação %	30/06/2016			31/12/2015		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor total	Custo	Depreciação acumulada	Valor total
Terrenos	-	27.441	-	27.441	27.441	-	27.441
Edificações e outros imóveis	3,20	253.813	(69.916)	183.897	170.310	(67.714)	102.596
Máquinas, aparelhos e equipamentos industriais	8,79	237.075	(125.713)	111.362	248.803	(136.031)	112.772
Instalações	10,23	28.445	(10.736)	17.709	27.276	(9.915)	17.361
Móveis e utensílios	10,00	9.270	(6.588)	2.682	9.592	(6.637)	2.955
Equipamentos e aplicativos de processamento de dados	22,82	7.394	(6.789)	605	7.590	(6.825)	765
Veículos	16,91	3.189	(1.435)	1.754	9.684	(4.324)	5.360
Outros	18,16	6.454	(4.256)	2.198	6.922	(4.183)	2.739
		<u>573.081</u>	<u>(225.433)</u>	<u>347.648</u>	<u>507.618</u>	<u>(235.629)</u>	<u>271.989</u>
Imobilizado em andamento (a)	-	36.356	-	36.356	115.783	-	115.783
Adiantamento a fornecedores	-	53.355	-	53.355	29.895	-	29.895
		<u>662.792</u>	<u>(225.433)</u>	<u>437.359</u>	<u>653.296</u>	<u>(235.629)</u>	<u>417.667</u>

(a) Referem-se, substancialmente, a investimentos para o aumento da capacidade de estocagem de trigo na unidade de Salvador e aumento da capacidade produtiva e modernização, com novas tecnologias, na unidade de São José dos Campos.

16.2.2 Movimentação dos saldos

	Saldos em 2015	Adições	Alienações e/ou baixas	Transferências	Depreciação	Saldos em 30/06/2016
Terrenos	27.441	-	-	-	-	27.441
Edificações e outros imóveis	102.596	783	(818)	84.034	(2.698)	183.897
Máquinas, aparelhos e equipamentos industriais	112.771	2.355	(6.471)	9.675	(6.968)	111.362
Instalações	17.361	1.281	(497)	882	(1.318)	17.709
Móveis e utensílios	2.955	143	(174)	5	(247)	2.682
Equipamentos e aplicativos de processamento de dados	765	69	(11)	8	(226)	605
Veículos	5.360	240	(3.313)	-	(533)	1.754
Outros	2.739	220	(216)	-	(545)	2.198
Imobilizado em andamento	115.783	10.663	(35)	(90.055)	-	36.356
Adiantamento a fornecedores	29.895	28.008	-	(4.548)	-	53.355
	<u>417.667</u>	<u>43.762</u>	<u>(11.535)</u>	<u>-</u>	<u>(12.535)</u>	<u>437.359</u>

O valor dos custos de empréstimos capitalizados durante o período findo em 30 de junho de 2016 foi de R\$ 1.325 (31 de dezembro de 2015: R\$ 3.671). A taxa média utilizada para capitalização foi de 13,42% a.a. (31 de dezembro de 2015: 12,25% a.a.).

Em decorrência da desativação da unidade de Pouso Alegre, conforme citado na nota 3, determinados bens, correspondentes a R\$ 9.958, foram baixados do imobilizado e classificados para bens destinados a venda.

O ativo imobilizado do Grupo, após análise de fontes externas e internas de informação, não apresentou qualquer indício de perda, desvalorização, ou dano físico, que pudessem comprometer o fluxo de caixa futuro do Grupo.

Notas Explicativas

J.Macêdo S.A.
Relatório sobre a revisão das Informações Trimestrais – ITR
Período findo em 30 de junho de 2016

16.3 Composição da depreciação e amortização

Em 30 de junho de 2016 e 30 de junho de 2015, o Grupo registrou em seu resultado, custos e despesas com depreciação e amortização, conforme apresentado a seguir.

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	31/03/2015
Depreciação	(12.131)	(10.968)	(12.220)	(11.072)
Despesa com amortização	(812)	(999)	(812)	(999)
Depreciação do custo atribuído	(315)	(222)	(315)	(222)
Depreciação/amortização no período	<u>(13.258)</u>	<u>(12.189)</u>	<u>(13.347)</u>	<u>(12.293)</u>

16.4 Ativos concedidos em garantias

Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro 2015 o Grupo possuía bens do ativo imobilizado concedidos em garantia de operações financeiras e processos tributários, conforme apresentado abaixo:

Tipo de garantia	Controladora e Consolidado	
	30/06/2016	31/12/2015
Máquinas e equipamentos	84.816	79.834
Edificações	137.581	74.363
Instalações	13.355	12.426
Móveis e utensílios	1.694	1.775
Terrenos	13.240	13.240
Imobilizado em andamento	33.067	95.329
Outros	1.510	1.861
	<u>285.263</u>	<u>278.828</u>

17 Intangível

	Controladora		Consolidado	
	Softwares e sistemas informatizados (b) Definida	Ágio na aquisição de investimentos (a) Indefinida	Softwares e sistemas informatizados (b) Definida	Total
Vida útil				
Custo:				
Em 31 de dezembro de 2015	48.454	6.399	48.454	54.853
Adições	192	-	192	192
Em 30 de junho de 2016	<u>48.646</u>	<u>6.399</u>	<u>48.646</u>	<u>55.045</u>
Amortização:				
Em 31 de dezembro de 2015	(40.957)	-	(40.957)	(40.957)
Baixas	23	-	23	23
Amortização	(834)	-	(834)	(834)
Em 30 de junho de 2016	<u>(41.768)</u>	<u>-</u>	<u>(41.768)</u>	<u>(41.768)</u>
Valor contábil líquido:				
Em 30 de junho de 2016	6.878	6.399	6.878	13.277
Em 31 de dezembro de 2015	<u>7.497</u>	<u>6.399</u>	<u>7.497</u>	<u>13.896</u>

(a) O saldo remanescente de R\$ 6.399, decorrente da aquisição da Chiarini, está representado pelo ágio pago por expectativa de rentabilidade futura.

Notas Explicativas

J.Macêdo S.A.
Relatório sobre a revisão das Informações Trimestrais – ITR
Período findo em 30 de junho de 2016

- (b) Softwares referem-se a licenças de direito de uso e demais gastos com serviços complementares necessários para a utilização desses softwares a partir de 1º de janeiro de 2009, em especial, o sistema integrado de gestão empresarial - ERP do SAP e estes serão amortizados à taxa de 20% ao ano com base na vida útil estimada ou prazo das licenças, dos dois o menor

18 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Nacionais	61.515	52.273	61.543	52.318
Estrangeiros	31.701	7.297	40.682	31.075
	<u>93.216</u>	<u>59.570</u>	<u>102.225</u>	<u>83.393</u>

Referem-se a contas a pagar a fornecedores, basicamente, de insumos, sem a incidência de encargos financeiros, com prazos previstos para liquidação, em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, entre 7 e 60 dias, não havendo títulos vencidos.

19 Tributos a recolher

	Controladora					
	30/06/2016			31/12/2015		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
ICMS	6.702	-	6.702	5.673	-	5.673
Imposto de renda e Contribuição Social	5.405	-	5.405	856	-	856
PIS e COFINS	3.510	-	3.510	-	-	-
INSS retido	466	-	466	425	-	425
ISS retido	274	-	274	297	-	297
Outros	171	-	171	1.948	-	1.948
	<u>16.528</u>	<u>-</u>	<u>16.528</u>	<u>9.199</u>	<u>-</u>	<u>9.199</u>
	Consolidado					
	30/06/2016			31/12/2015		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
ICMS	6.702	-	6.702	5.673	-	5.673
Imposto de renda e Contribuição Social	5.419	-	5.419	870	-	870
PIS E COFINS	3.510	-	3.510	-	-	-
INSS retido	466	-	466	425	-	425
ISS retido	274	-	274	297	-	297
Outros	188	-	188	1.972	-	1.972
	<u>16.559</u>	<u>-</u>	<u>16.559</u>	<u>9.237</u>	<u>-</u>	<u>9.237</u>

Notas Explicativas

J.Macêdo S.A.
Relatório sobre a revisão das Informações Trimestrais – ITR
Período findo em 30 de junho de 2016

20 Empréstimos e financiamentos (controladora e consolidado)

Moeda nacional	Indexador	Taxas de juros (a.a.)		Controladora e Consolidado	
		30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
FINAME (b)	Pré-fixado	3% a 6%	3% a 6%	20.723	22.706
	Pré-fixado, TJLP e moedas	2,45% à 6,0%	2,45% à 4,5%	108.483	119.013
FINEM BNDES (b)	Pré-fixado	10,50%	10,50%	-	9.645
Crédito rural					
Moeda estrangeira - US\$					
Capital de giro (a) e (c)	Pré-fixado e moeda	1,67% a 3,01%	1,67% a 3,01%	171.113	241.559
Imobilizado - FINIMP (a) e (c)	Pré-fixado e moeda	2,07% a 6,43%	2,07% a 5,35%	34.092	28.874
				<u>334.411</u>	<u>421.797</u>
Circulante				<u>(212.024)</u>	<u>(199.738)</u>
Não circulante				<u>122.387</u>	<u>222.059</u>

- (a) Garantido, parcialmente, com aval da controladora J. Macêdo Alimentos S.A., títulos em cobrança e nota promissória.
- (b) Garantido por alienação fiduciária dos bens e/ou nota promissória.
- (c) Operação 4131 com “Swap” para CDI conforme nota explicativa 30.2.

As parcelas a vencer no não circulante apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

Ano	Controladora e Consolidado	
	30/06/2016	31/12/2015
2017	34.073	139.497
2018	28.016	22.886
A partir de 2019	<u>60.298</u>	<u>59.676</u>
	<u>122.387</u>	<u>222.059</u>

O Grupo está obrigado, devido ao empréstimo do FINEM BNDES, a observar determinados índices associados ao balanço e à demonstração do resultado do exercício, dentre eles, citamos: a razão entre dívida financeira líquida por Ebitda (lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) menor ou igual a 2,75, dívida financeira bruta por patrimônio líquido menor ou igual a 1,50 e Ebitda por despesa financeira líquida maior ou igual a 1,75, os quais foram adequadamente cumpridos em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015.

Transações que não envolvem caixa

Em 30 de junho de 2016, a Companhia realizou atividades de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa e equivalentes a caixa, e que, portanto, não estão refletidas na Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício. Estas transações se referem a FINIMP, nas quais o pagamento dos bens ocorre diretamente pelas instituições financeiras, não transitando os recursos no caixa da Companhia. No período findo em 30 de junho de 2016 o montante foi de R\$ 14.914 (31 de dezembro de 2015: R\$ 28.874).

Notas Explicativas

J.Macêdo S.A.
Relatório sobre a revisão das Informações Trimestrais – ITR
Período findo em 30 de junho de 2016

21 Debêntures (controladora e consolidado)

	Controladora e Consolidado	
	30/06/2016	31/12/2015
Circulante	31.260	31.750
Não circulante	42.880	57.160
	74.140	88.910

Em 30 de junho de 2016 o valor provisionado de juros foi R\$ 2.659 (31 de dezembro de 2015: R\$ 3.190).

As parcelas vencíveis a longo prazo apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

Ano	Controladora e Consolidado	
	30/06/2016	31/12/2015
2017	14.280	28.560
2018	28.600	28.600
	42.880	57.160

Características da oferta

Debêntures	2ª. Emissão
Série	Única
Quantidade de títulos emitidos	100
Remuneração	Taxa DI + 1,4% a.a.
Vencimento	30/09/2018

22 Outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Provisões operacionais (a)	5.241	3.412	5.241	3.412
Fretes a pagar	9.776	11.013	9.776	11.013
Provisão de honorários de êxito	4.357	4.269	4.357	4.269
Verbas Diretas	7.104	5.551	7.104	5.551
Contas a pagar antigos acionistas da Chiarini (b)	1.356	2.541	1.356	2.541
Comissões a representantes	418	545	418	545
Outros	3.073	3.055	3.167	3.153
	31.325	30.386	31.419	30.484
Circulante	(24.374)	(23.648)	(24.468)	(23.746)
Não circulante	6.951	6.738	6.951	6.738

- (a) Referem-se, em 30 de junho de 2016, substancialmente, às provisões para reestruturação realizadas em dezembro de 2014, em decorrência da parada das atividades na filial situada em Jaguaré - SP, e, em decorrência da desativação da unidade de Pouso Alegre - MG, realizada em maio de 2016, cujos volume de produção foram transferidos para a unidade situada em São José dos Campos - SP.

Notas Explicativas

J.Macêdo S.A.
Relatório sobre a revisão das Informações Trimestrais – ITR
Período findo em 30 de junho de 2016

- (b) Saldo a pagar pela aquisição, em 6 de janeiro de 2009, da Orlando Chiarini Indústria e Comércio Ltda., pelo montante de R\$ 28.128. Esse valor vem sendo pago em parcelas mensais, com vencimento final em 5 de janeiro de 2017. Sobre o saldo devedor, incide a variação do CDI.

Os montantes a pagar no não circulante têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	Controladora e Consolidado	
	30/06/2016	31/12/2015
2017	1.585	1.536
2018	1.634	1.584
A partir de 2019	3.732	3.618
	6.951	6.738

23 Provisão para contingências

O Grupo é parte em vários processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal dos negócios.

A Administração do Grupo acredita que a provisão para contingências constituída é suficiente para cobrir as eventuais perdas com os processos judiciais. As provisões para contingências foram constituídas para os processos cuja possibilidade de perda foi avaliada como provável, com base na opinião de seus advogados e consultores legais.

O resultado desfavorável em seus processos, individualmente ou no agregado, não terá efeito adverso relevante nas condições financeiras ou nos negócios do Grupo.

O quadro a seguir demonstra a mutação das provisões para contingências:

	Controladora e Consolidado			
	Tributária (a)	Trabalhista (b)	Cível (c)	Saldo líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.715	5.211	1.527	8.453
Provisões	2.131	4.817	2.067	9.015
Reversão de provisões	(1.416)	(1.263)	(603)	(3.282)
Pagamentos/depósitos	-	(1.759)	(466)	(2.225)
Encargos financeiros	218	733	243	1.194
(-) Depósitos judiciais	-	(4.472)	-	(4.472)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	2.648	3.267	2.768	8.683
Provisões	-	1.516	1.274	2.790
Reversão de provisões	(284)	(2.308)	(203)	(2.795)
Encargos financeiros	154	487	187	828
(-) Depósitos judiciais	-	(403)	-	(403)
Saldo em 30 de junho de 2016	2.518	2.559	4.026	9.103

O total de pagamentos efetuados nos dois primeiros trimestres de 2016 foi de R\$ 2.267 (31 de dezembro de 2015: R\$ 2.225), sendo R\$ 285 (31 de dezembro de 2015: R\$ 0) referente a contingências tributárias, R\$ 1.726 (31 de dezembro de 2015: R\$ 1.759) referente a

Notas Explicativas

J.Macêdo S.A.
Relatório sobre a revisão das Informações Trimestrais – ITR
Período findo em 30 de junho de 2016

contingências trabalhistas e R\$ 255 (31 de dezembro de 2015: R\$ 466) referente a contingências cíveis e administrativas.

(a) Tributárias

Em 30 de junho de 2016, o Grupo figurava como réu em ações de natureza tributária administrativa e judicial, cujo valor em contingência é de R\$ 289.502 (31 de dezembro de 2015: R\$ 266.716), constituídas por R\$ 146.356 (31 de dezembro de 2015: R\$ 137.595) relativa a tributos federais; R\$ 142.151 (31 de dezembro de 2015: R\$ 128.110) relativa a impostos estaduais e R\$ 995 (31 de dezembro de 2015: R\$ 1.011) relativa a tributos municipais.

(b) Trabalhistas

As principais questões envolvidas nas ações trabalhistas individuais em andamento contra o Grupo referem-se a horas extras e seus encargos, diferenças salariais decorrentes de equiparações e ações de indenização por danos material e moral decorrentes de acidente de trabalho e/ou doença ocupacional.

Em 30 de junho de 2016, existiam diversas ações judiciais e administrativas trabalhistas em andamento. O valor total envolvido nestas ações trabalhistas é de R\$ 50.639 (31 de dezembro de 2015: R\$ 51.208).

Em 30 de junho de 2016, os depósitos judiciais para o pagamento de execuções trabalhistas e recursais totalizavam o montante de R\$ 7.141 (31 de dezembro de 2015: R\$ 6.817). Não existem provisões que possuam bens como garantia na área trabalhista.

a. Cíveis e administrativas

Em 30 de junho de 2016, o Grupo era réu em ações de natureza cível administrativa e judicial, cujo valor em andamento é de R\$ 16.491 (31 de dezembro de 2015: R\$ 11.967).

A maior parte das ações nas quais a Companhia figura como réu refere-se, sobretudo, a ações de representantes comerciais e de cobranças fundadas em motivos variados.

A Companhia possui passivos contingentes que não estão sujeitos ao registro contábil, conforme normas vigentes, por serem classificados pela Administração e seus assessores legais como de risco possível. Tais contingências estão assim representadas:

	<u>Controladora e consolidado</u>	
	30/06/2016	31/12/2015
Tributária	177.848	171.429
Trabalhista	8.703	7.978
Cível	<u>7.534</u>	<u>6.806</u>
	<u>194.085</u>	<u>186.213</u>

Abaixo estão detalhadas as principais causas de natureza tributária, cujas expectativas de perdas foram classificadas como possível. As demais causas possíveis não possuem valor superior a R\$10.000:

Notas Explicativas

J.Macêdo S.A.

Relatório sobre a revisão das Informações Trimestrais – ITR

Período findo em 30 de junho de 2016

- **Autor:** Receita Federal do Brasil
 - (i) Auto de infração de IRPJ, no valor de R\$ 26.737, lavrado contra a Companhia em 25.10.2010, por supostamente não ter respeitado o limite de 30% para utilização de prejuízo fiscal. Aguarda-se julgamento do Recurso Voluntário pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF.
 - (ii) Auto de infração de IRPJ, no valor de R\$ 10.236, lavrado contra a Companhia em 19.10.2010, por supostamente não ter respeitado o limite de 30% para utilização de prejuízo fiscal. Aguarda-se julgamento do Recurso Voluntário pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF.
- **Autor:** Estado de São Paulo
 - (i) Execução fiscal proveniente de auto de infração de ICMS, no valor de R\$ 26.842, lavrado contra a Companhia em 21.11.1994, por supostamente ter efetuado desembaraço aduaneiro em estado diferente do seu estabelecimento industrial. Aguarda-se julgamento em 1ª Instância Judicial nos Embargos à Execução Fiscal.
 - (ii) Execução Fiscal no valor de R\$ 23.716, oriundo do Auto de Infração lavrado contra a Companhia em 18.10.2010 com alegação de: (i) entrega de arquivo magnético com supostos erros de informações; e (ii) crédito indevido em decorrência do cálculo utilizado para as saídas isentas. Julgado improcedente em 1ª Instância Administrativa. Após julgamento improcedente de Recurso Especial pelo TIT/SP, aguardamos o ajuizamento da Execução Fiscal para apresentação de Embargos à execução. Ajuizada Execução Fiscal nº 1500148-30.2015.8.26.0577.
- **Autor:** Secretaria da Fazenda do Estado do Rio de Janeiro
 - (i) Auto de infração lavrado pelo Estado do Rio de Janeiro em 27.03.2006, no valor de R\$ 26.223 por suposta falta de pagamento de ICMS devido na importação do trigo. Questiona-se o diferimento deste imposto para o farelo. Aguarda-se julgamento em 1ª Instância Judicial.

24 Subvenções governamentais (Controladora)

Em 30 de junho de 2016, a Companhia fez jus a R\$ 21.767 em subvenções estaduais (30 de junho de 2015: R\$ 14.719). Para o período findo em 30 de junho de 2016, a Companhia possuiu base para cálculo do lucro da exploração, registrando R\$ 3.400 relativo a subvenções federais (30 de junho de 2015: R\$ 625).

As subvenções federais e estaduais estão descritas a seguir:

24.1 ADENE (Âmbito Federal)

A Companhia é beneficiária de incentivo fiscal que se constitui em: (i) Redução de 75% do imposto de renda e adicionais por 10 (dez) anos desde o ano 2008 até 2017, na industrialização de trigo e fabricação de massas alimentícias, para as unidades de Maceió e Fortaleza. Para a unidade de Salvador a Companhia é beneficiária de incentivo fiscal, com redução de 75% do imposto de renda e adicional por 10 (dez) anos desde o ano de 2008 até 2017, na fabricação de massas alimentícias e redução de 75%, por 10 anos, de 2015 até 2024, na industrialização de trigo e seus derivados. Os incentivos da Companhia são calculados sobre o lucro da exploração

Notas Explicativas

J.Macêdo S.A.
Relatório sobre a revisão das Informações Trimestrais – ITR
Período findo em 30 de junho de 2016

decorrente da modernização total de sua capacidade instalada. Os incentivos fiscais são reconhecidos mensalmente, no resultado do exercício, na data de sua apuração.

As normas disciplinadoras do benefício fiscal de redução do imposto de renda, nos termos dos artigos 13 e 14 da Lei nº 4.239 de 27.06.1963, Decreto 64.214/69 e modificações posteriores, estabelecem que as empresas beneficiárias devem anualmente atualizar os seus pleitos na SUDENE a fim de obterem uma declaração anual para comprovação da situação de regularidade perante a Secretaria da Receita Federal. A Companhia encontra-se regular junto à SUDENE.

24.2 **PROVIN (Estado do Ceará)**

A J. Macêdo S.A. é beneficiária do incentivo fiscal estadual relativo ao Programa de Incentivo ao Funcionamento de Empresas - PROVIN, que prevê o diferimento de 75% do valor do ICMS apurado mensalmente, incidente sobre as entradas mensais de trigo em grão no estabelecimento, durante 120 meses, contados a partir de janeiro de 2005 até dezembro de 2014, e prorrogado de janeiro de 2015 a dezembro de 2024. A partir de fevereiro de 2016 o pagamento do ICMS diferido passou de 15% para 1% da parcela financiada, mantendo a atualização pela TJLP ao término do período de carência de 24 meses, sendo a diferença (99%) registrada no resultado do exercício, como redutora da conta de despesa (ou custo) do ICMS.

24.3 **DESENVOLVE (Estado da Bahia)**

A J. Macêdo S.A. é beneficiária do Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica (“DESENVOLVE”), conforme Resolução do Conselho Deliberativo do DESENVOLVE nº 43, de 17 de março de 2005, e modificações posteriores definidas pelas Resoluções nº 86, de 1º de novembro de 2006, nº 96, de 30 de agosto de 2008, nº 59, de 26 de agosto de 2009 e nº 183, de 17 de dezembro de 2013.

O programa tem por objetivo a concessão de incentivos fiscais relativos ao ICMS, mediante a dilação do prazo para o seu pagamento em até 72 (setenta e dois) meses, ou perdão da dívida mediante o pagamento do valor residual até o dia 20 do mês subsequente ao da apuração. Ademais, as regras do DESENVOLVE foram concedidas à J. Macêdo até novembro de 2025.

Os recursos incentivados à unidade industrial ocorrem mediante a aplicação de um desconto, quando do vencimento do tributo, de até 81% do ICMS Normal devido ao Estado da Bahia, conforme gerado nas operações da referida unidade.

24.4 **PRODESIN (Estado de Alagoas)**

A J. Macêdo S.A. é beneficiária do Programa de Desenvolvimento Integrado do Estado de Alagoas (“PRODESIN”), conforme Decreto nº 4.283, de 11 de janeiro de 2010.

O programa tem por objetivo a concessão de incentivos fiscais mediante a devolução do ICMS retido por substituição tributária nas operações de entrada de farinha de trigo e misturas de farinha de trigo utilizadas como matéria prima por estabelecimento industrial fabricante incentivado pelo PRODESIN, para a fabricação de massas alimentícias para utilização do consumidor final, em seu limite legal de 57,98%.

Os incentivos governamentais ora concedidos terão prazo de fruição de 15 (quinze) anos, contados da publicação do decreto concessivo, na forma prevista na Lei 5.671/1995 e suas alterações e no Decreto 38.394/2000 e suas alterações.

Notas Explicativas

J.Macêdo S.A.
Relatório sobre a revisão das Informações Trimestrais – ITR
Período findo em 30 de junho de 2016

25 Patrimônio líquido (Controladora)

25.1 Capital social

No período findo em 30 de junho de 2016, a Companhia realizou um aumento de R\$129 no capital social mediante a capitalização de reserva de incentivos fiscais do reinvestimento do imposto de renda.

Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, o capital social subscrito e integralizado, estava representado conforme quadro abaixo:

	30/06/2016	31/12/2015
Capital social	<u>198.002</u>	<u>197.873</u>
Ações nominativas - Quantidade:		
Ordinárias	11.496.411	11.496.411
Preferenciais classe A	10.334.449	10.334.449
Preferenciais classe B	<u>1.337</u>	<u>1.337</u>
	<u>21.832.197</u>	<u>21.832.197</u>

As ações são indivisíveis em relação à Companhia.

Os dividendos mínimos obrigatórios são distribuídos somente no caso da Companhia apresentar lucro no exercício após excluídos os saldos de reserva legal e reserva de incentivos fiscais.

25.2 Reserva de capital/ lucros - Incentivos fiscais federais

Os incentivos fiscais, decorrentes da isenção do imposto de renda, registrados como reserva de capital até o exercício findo em 31 de dezembro de 2007 totalizaram R\$ 601. Conforme a Lei 11.638/07, a partir de 1º de janeiro de 2008 esses incentivos passaram a ser registrados como redutor da despesa de imposto de renda. Na distribuição do lucro líquido, o valor apurado de incentivos fiscais federais é registrado na conta de Reserva de Lucros.

25.3 Reserva de lucros - Incentivos fiscais estaduais

Refere-se ao incentivo fiscal estadual de redução do imposto de renda e ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, conforme comentado na nota explicativa 23.

25.4 Ajuste de avaliação patrimonial

A realização do ajuste de avaliação patrimonial é feita na mesma proporção da depreciação e baixa dos ativos que lhes deram origem, a crédito de lucros acumulados. Foi constituída provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos sobre o ajuste da avaliação patrimonial. Em 31 de dezembro de 2014, o ajuste de avaliação patrimonial reflexa representava a participação da Companhia sobre o custo atribuído contabilizado por sua controlada Pico da Caledônia. Com a realização da Incorporação da Pico da Caledônia pela Companhia, conforme citado na nota explicativa 2 o ajuste passou a compor o saldo da Companhia.

25.5 Destinação do lucro

Do lucro líquido do exercício apurado após dedução de eventuais prejuízos acumulados, serão destinados:

Notas Explicativas

J.Macêdo S.A.
Relatório sobre a revisão das Informações Trimestrais – ITR
Período findo em 30 de junho de 2016

- 5% para constituição de reserva legal limitada a 20% do capital social.
- 25%, a título de dividendos conforme previsto no estatuto social, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, para distribuição aos acionistas como dividendo obrigatório, respeitada a prioridade das ações preferenciais.
- O saldo, se houver e salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, será destinado à constituição de uma reserva para expansão das atividades sociais nos termos de proposta do Conselho de Administração a ser aprovada pela Assembleia Geral, e reforço do capital de giro, cujo total não poderá exceder o valor do capital social.

25.6 Ajustes acumulados de conversão

Os ajustes acumulados de conversão estão representados por variações cambiais de investimentos no exterior.

26 Receita líquida de vendas

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
Receita bruta de vendas	853.280	770.607	854.429	772.736
(-) Impostos	(70.448)	(65.084)	(70.796)	(65.379)
(-) Devoluções	(17.752)	(25.733)	(17.752)	(25.733)
(-) Abatimentos	(16.344)	(399)	(16.344)	(399)
	<u>748.736</u>	<u>679.391</u>	<u>749.537</u>	<u>681.225</u>

O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

27 Custos e despesas operacionais

27.1 Por natureza

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
Matérias-primas e embalagens	(400.961)	(335.987)	(400.961)	(335.987)
Pessoal	(97.596)	(96.085)	(98.650)	(97.162)
Serviços de terceiros e Fretes	(134.689)	(118.733)	(135.035)	(119.125)
Depreciação e amortização	(13.484)	(12.643)	(13.574)	(12.748)
Outros	(71.912)	(66.085)	(71.571)	(66.270)
	<u>(718.642)</u>	<u>(629.533)</u>	<u>(719.791)</u>	<u>(631.292)</u>

Notas Explicativas

J.Macêdo S.A.
Relatório sobre a revisão das Informações Trimestrais – ITR
Período findo em 30 de junho de 2016

27.2 Por função

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
Custos dos produtos vendidos	(515.272)	(428.358)	(516.137)	(429.712)
Despesas com vendas	(148.400)	(133.559)	(148.400)	(133.559)
Despesas gerais e administrativas (a)	(54.970)	(67.616)	(55.254)	(68.021)
	<u>(718.642)</u>	<u>(629.533)</u>	<u>(719.791)</u>	<u>(631.292)</u>

(a) Constituídas por despesas gerais, administrativas, honorários da administração, depreciação e amortização.

28 Benefícios de curto prazo

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
Ordenados e salários	(33.934)	(34.625)	(34.717)	(34.477)
Custos de previdência social	(14.168)	(11.256)	(14.423)	(11.207)
Participação nos resultados	(4.310)	(6.752)	(4.310)	(6.752)
	<u>(52.412)</u>	<u>(52.633)</u>	<u>(53.450)</u>	<u>(52.436)</u>

O Grupo concede participação nos resultados a seus colaboradores e administradores, vinculada ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício.

29 Outras receitas (despesas), líquidas

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
Provisão para perda com desvalorização dos estoques	(4.473)	1.965	(4.535)	1.965
Ajuste de inventário	(1.166)	30	(1.166)	30
Recuperação de despesas	2.189	-	2.189	-
Provisão para reestruturação (a)	(721)	(3.552)	(721)	(3.552)
Provisão de honorários de êxito	(88)	(568)	(88)	(568)
Recuperação de sinistro	1.617	-	1.617	-
Venda de ativos	(492)	(144)	(492)	(144)
Provisão para redução ao valor recuperável	(699)	498	(699)	498
Contingências líquidas	(3.102)	1.937	(3.102)	1.937
Creditos extemporâneo (b)	(8.463)	(2.906)	(8.463)	(2.906)
Outras receitas (despesas) líquidas	<u>8.480</u>	<u>205</u>	<u>8.480</u>	<u>(2.691)</u>
	<u>(6.918)</u>	<u>(2.535)</u>	<u>(6.980)</u>	<u>(5.431)</u>

(a) Em decorrência da desativação da unidade de Pouso Alegre, conforme citado na nota 3, foram constituídas provisões para reestruturação.

(b) Crédito extemporâneo de ICMS oriundos de transferência de farinha entre estados, de restituição de ICMS recolhido a maior e de PIS/COFINS sobre insumos.

Notas Explicativas

J.Macêdo S.A.
Relatório sobre a revisão das Informações Trimestrais – ITR
Período findo em 30 de junho de 2016

30 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
Variações monetárias e cambiais passivas	(44.359)	(57.828)	(44.359)	(57.828)
Ajuste a valor de mercado (Despesa)	(68.049)	(24.031)	(87.090)	(30.493)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(12.073)	(15.222)	(12.073)	(15.222)
Outras despesas financeiras	(1.246)	(692)	(1.248)	-
Outras despesas de juros	(418)	(1.214)	(418)	(1.214)
Tarifas bancárias	(284)	(333)	(302)	(341)
Despesas financeiras	(126.429)	(99.320)	(145.490)	(105.098)
Ajuste a valor de mercado (Receita)	9.548	49.472	12.754	63.357
Variações monetárias e cambiais ativas	93.323	23.830	93.323	23.830
Rendimentos de aplicações financeiras	9.015	10.754	9.032	10.777
Descontos obtidos	143	754	143	754
Outras receitas financeiras	670	447	697	447
PIS e Cofins s/ receita financeira	(617)	-	(617)	-
Outras receitas de juros	1.363	60	1.363	101
Receitas financeiras	113.445	85.317	116.695	99.266
Despesas financeiras líquidas	(12.984)	(14.003)	(28.795)	(5.832)

31 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos**31.1 Instrumentos financeiros (controladora e consolidado)****31.1.1 Valor justo**

Os valores justos estimados de ativos financeiros do Grupo foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

O CPC 40 (R1) e CPC 46 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo:

- **Nível 1** - Preços cotados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- **Nível 2** - Inputs diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- **Nível 3** - Inputs para o ativo ou passivo, que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Notas Explicativas**J.Macêdo S.A.***Relatório sobre a revisão das Informações Trimestrais – ITR**Período findo em 30 de junho de 2016*

O Grupo mantém contratos de swap registrados pelo valor justo, cujo processo de mensuração utilizado está classificado no nível 2 e não houve mudança entre níveis ao longo do período. Os valores justos dos financiamentos registrados nas informações trimestrais aproximam-se dos valores contábeis em virtude das operações serem na sua maioria efetuadas a juros pós-fixados e as aplicações apresentarem disponibilização imediata.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Abaixo, seguem os ativos e passivos financeiros da Companhia:

	Controladora			
	Valor contábil		Valor justo	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Empréstimos e recebíveis				
Bancos conta movimento	4.819	7.838	4.819	7.838
Equivalentes de caixa	93.893	58.000	93.893	58.000
Aplicações financeiras	19.847	120.122	19.847	120.122
Contas a receber	141.365	143.685	141.365	143.685
Empréstimos e recebíveis com partes relacionadas	24.285	22.317	24.285	22.317
Ativos financeiros derivativos				
Operação de "swap"	5.310	48.089	5.310	48.089
	<u>289.519</u>	<u>400.051</u>	<u>289.519</u>	<u>400.051</u>
Passivos financeiros não derivativos				
Empréstimos e financiamentos	334.411	421.797	428.678	496.010
Debêntures	74.140	88.910	74.140	88.910
Fornecedores	93.216	59.570	93.216	59.570
Empréstimos e financiamentos com partes relacionadas	1.188	1.188	1.188	1.188
Passivos financeiros derivativos				
Operação de "swap"	23.888	2.142	23.888	2.142
	<u>526.843</u>	<u>573.607</u>	<u>621.020</u>	<u>647.820</u>
	Consolidado			
	Valor contábil		Valor justo	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Empréstimos e recebíveis				
Bancos conta movimento	53.490	30.639	53.490	30.639
Equivalentes de caixa	93.893	73.134	93.893	73.134
Aplicações financeiras	19.847	120.122	19.847	120.122
Contas a receber	151.354	169.283	151.354	169.283
Empréstimos e recebíveis com partes relacionadas	27.496	26.180	27.496	26.180
Ativos financeiros derivativos				
Operação de "swap"	6.900	48.089	6.900	48.089
Operação de "forward"	-	1.789	-	1.789
	<u>352.980</u>	<u>469.236</u>	<u>352.980</u>	<u>469.236</u>
Passivos financeiros não derivativos				
Empréstimos e financiamentos	334.411	421.797	428.678	496.010
Debêntures	74.140	88.910	74.140	-
Fornecedores	102.225	83.393	102.225	83.393
Passivos financeiros derivativos				
Operação de "swap"	32.673	2.142	32.673	2.142
Operação de "forward"	1.970	131	1.970	131
	<u>545.419</u>	<u>596.373</u>	<u>639.686</u>	<u>581.676</u>

Notas Explicativas

J.Macêdo S.A.

Relatório sobre a revisão das Informações Trimestrais – ITR

Período findo em 30 de junho de 2016

31.2 Objetivos para gestão de risco financeiro

Os principais ativos e passivos financeiros do Grupo referem-se a caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, operações de swap, debêntures, empréstimos e financiamentos. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações do Grupo.

O Grupo está exposto a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

A alta administração do Grupo supervisiona a gestão desses riscos. O Conselho de Administração fornece garantia à alta administração do Grupo de que as atividades em que se assumem riscos financeiros são regidas por políticas e procedimentos apropriados e que os riscos financeiros são identificados, avaliados e gerenciados de acordo com as políticas do Grupo e disposição para risco do Grupo.

O Conselho de Administração revisa e estabelece políticas para gestão de cada um desses riscos os quais são resumidos abaixo.

31.2.1 Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço que pode ser de *commodities*, entre outros. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos, debêntures, derivativos e fornecedores.

As análises de sensibilidade foram preparadas com base no valor da dívida líquida, o índice de taxas de juros fixas em relação a taxas de juros variáveis da dívida existente em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015.

A seguinte premissa foi adotada no cálculo das análises de sensibilidade: a sensibilidade do respectivo item da demonstração do resultado é o efeito das mudanças assumidas conforme os respectivos riscos do mercado. Tem por base os ativos e passivos financeiros mantidos em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015.

Risco de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição do Grupo ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações não circulantes do Grupo sujeitas a taxas de juros variáveis, em especial CDI e TJLP.

Notas Explicativas

J.Macêdo S.A.
Relatório sobre a revisão das Informações Trimestrais – ITR
Período findo em 30 de junho de 2016

Na data das informações trimestrais, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros do Grupo era:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Instrumentos de taxa fixa				
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	(52.139)	(64.432)	(52.139)	(64.432)
	(52.139)	(64.432)	(52.139)	(64.432)
Instrumentos de taxa variável				
Ativos financeiros				
Equivalentes de caixa	113.740	58.000	113.740	73.134
Aplicações financeiras	-	120.122	-	120.122
Derivativos	25.489	48.089	25.604	49.878
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	(282.272)	(357.365)	(282.272)	(357.365)
Debêntures	(74.140)	(88.910)	(74.140)	(88.910)
Derivativos	(10.037)	(2.142)	(14.648)	(2.273)
	(227.220)	(222.206)	(231.716)	(205.414)

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa de juros fixa

O Grupo não contabiliza nenhum ativo ou passivo financeiro de taxa de juros fixa pelo valor justo por meio do resultado, e o Grupo não designa derivativos (swaps de taxa de juros) como instrumentos de proteção sob um modelo de contabilidade de hedge de valor justo. Portanto, uma alteração nas taxas de juros na data de relatório não alteraria o resultado.

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa de juros variável

A tabela a seguir demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no lucro do Grupo antes da tributação (é afetado pelo impacto dos empréstimos a pagar sujeitos a taxas variáveis).

	Aumento/redução em %	Efeito, em reais, no lucro antes da tributação
30/06/2016	-25	(65)
	-50	(130)
30/06/2015	-25	(1.309)
	-50	(2.618)

Risco de câmbio

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição do Grupo ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se principalmente às atividades operacionais e empréstimos em moeda estrangeira do Grupo.

Atividades operacionais

Em geral, o Grupo protege de 80% a 100% de sua exposição esperada de moeda estrangeira com relação a suas compras de trigo realizadas para os próximos cinco meses. O Grupo não tem exposição em moeda estrangeira nas contas a receber de clientes e o principal contas a pagar a fornecedores em moeda estrangeira refere-se ao trigo.

Notas Explicativas

J.Macêdo S.A.
Relatório sobre a revisão das Informações Trimestrais – ITR
Período findo em 30 de junho de 2016

Os principais montantes dos empréstimos bancários do Grupo em Dólar, cuja moeda funcional é o Real, foram completamente protegidos, utilizando-se da modalidade de swap e os contratos vencem nas mesmas datas em que os empréstimos vencem.

Exposição à moeda estrangeira

Para os empréstimos em moeda estrangeira, o Grupo contrata operações com instrumentos financeiros derivativos do tipo “swap” e “NDFs”. As operações consistem na troca da variação cambial (dólar) por uma correção relacionada a um percentual da variação do CDI mais taxa média pré-fixada de 0,98 % (31 de dezembro de 2015: 0,39%).

30 de junho de 2016	Valor <i>Notional</i> (Reais)	Valor justo		Resultado no exercício
		Ativo financeiro derivativo	Passivo financeiro derivativo	
Risco de taxa de câmbio				
Instrumentos financeiros Derivativos	209.447	5.310	23.888	(58.501)
	Circulante	<u>4.632</u>	<u>21.918</u>	
	Não circulante	<u>678</u>	<u>1.970</u>	

No período findo em 30 de junho de 2016, a Companhia registrou um resultado financeiro financeiro negativo de R\$ 58.501.

A controlada Cipolin contrata instrumentos financeiros derivativos para proteção das variações de moeda em suas operações de venda de trigo. No período findo em 30 de junho de 2016, o valor dos derivativos da posição comprada totalizou R\$ 39.148 (31 de dezembro de 2015: R\$ 73.020). O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos ativos totalizou R\$ 4.497 (31 de dezembro de 2015: R\$ 1.659), enquanto que os instrumentos financeiros derivativos passivos totalizaram R\$ 115 (31 de dezembro de 2014: R\$ 131). A controlada apurou uma perda de R\$ 4.401 (31 de dezembro de 2015: ganho R\$ 16.140) registrada no resultado financeiro (Ajuste a valor de mercado).

Abaixo segue demonstrativo de que os empréstimos e financiamentos são 100% garantidos por meio de contratos de swap.

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Empréstimos/financiamentos em moeda estrangeira (a)	209.447	205.778	209.447	205.778
Fornecedores	31.701	7.297	40.682	31.075
Contrato de swap (b)	<u>(209.447)</u>	<u>(205.778)</u>	<u>(209.447)</u>	<u>(205.778)</u>
Exposição líquida (a-b)	<u>31.701</u>	<u>7.297</u>	<u>40.682</u>	<u>31.075</u>

Notas Explicativas

J.Macêdo S.A.
Relatório sobre a revisão das Informações Trimestrais – ITR
Período findo em 30 de junho de 2016

	Aumento/ redução em %	Efeito no lucro antes da tributação	
		Controladora	Consolidado
30/06/2016			
Reais	25	25.434	32.639
	50	50.867	65.278
31/12/2015			
Reais	25	7.122	30.331
	50	14.244	60.662

Risco de preço de commodities

O Grupo é afetado pela volatilidade dos preços de certas commodities. Suas atividades operacionais requerem aquisição de trigo e açúcar para produção de farinhas, massas, misturas para bolo, biscoitos e sobremesas. Devido ao aumento significativo dos preços dessas *commodities*, o Grupo desenvolveu e implantou uma estratégia para a gestão de risco de preço de *commodities*.

O Grupo monitora ativamente a variação do preço do trigo e do açúcar nos mercados internacional e doméstico, mantendo cobertura de estoques dos seus principais insumos, ajustando suas políticas de preços aos movimentos de mercado.

O Grupo buscou proteção à alta dos preços alongando seus estoques, firmando contratos de fornecimento com preços fixos antecipadamente e reposicionando seus preços de venda. O Grupo opera com contratos firmados de compra de trigo para pagamento e entrega futura.

31.2.2 Riscos de crédito

O risco de crédito é o risco da contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro.

O Grupo está exposto ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber), incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros.

Contas a receber

O risco de crédito do cliente está sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecidos pelo Grupo em relação a esse risco.

Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em uma política de crédito adequada as condições de mercado.

Em 30 de junho de 2016, a Companhia contava com 15 clientes (31 de dezembro de 2015: quinze clientes) que deviam ao Grupo mais de R\$ 3.000 cada e eram responsáveis por 35,7% (31 de dezembro de 2015: 33,0%) de todos os recebíveis.

Dos clientes ativos do Grupo, 68% (31 de dezembro de 2015: 66%) vêm operando com o Grupo por mais de 2 anos, e nenhuma perda por recuperabilidade foi reconhecida para esses clientes. No monitoramento do risco de crédito, os clientes são agrupados de acordo com suas

Notas Explicativas

J.Macêdo S.A.
Relatório sobre a revisão das Informações Trimestrais – ITR
Período findo em 30 de junho de 2016

características de crédito, incluindo se estes clientes são atacadistas, varejistas ou outros clientes.

Clientes que são ranqueados como “risco alto” são colocados em uma lista de clientes restritos e monitorados pelo comitê de gestão de risco, e vendas são realizadas somente com pagamento à vista. Não houve alterações relevantes da política de crédito da Companhia desde sua implantação em 2005.

A exposição máxima ao risco de crédito para recebíveis na data do relatório por tipo de cliente foi:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Clientes - Atacado	134.680	125.852	134.680	125.852
Clientes - Varejo	32.956	32.919	34.956	32.919
Outros clientes	8.539	7.222	28.006	32.820
(-) Provisões	(27.655)	(13.333)	(27.655)	(13.333)
	148.520	152.660	169.987	178.258

A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada data reportada em base individual para os principais clientes. Além disso, um grande número de contas a receber com saldos menores está agrupado em grupos homogêneos e, nesses casos, o risco de perda é avaliado coletivamente. O cálculo é baseado em dados históricos efetivos.

A exposição máxima ao risco de crédito na data base é o valor registrado de cada classe de ativos financeiros mencionados nesta nota explicativa. O Grupo conta com garantias para aproximadamente 50% (31 de dezembro de 2015: 50%) de sua exposição de crédito dos clientes do Canal Distribuidores.

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

O risco de crédito de saldos com caixas e equivalentes de caixa é administrado pela Tesouraria do Grupo de acordo com política estabelecida. Os recursos excedentes são investidos, substancialmente, nos bancos Itaú, Safra, Caixa e Santander. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente e pode ser atualizado ao longo do ano, mas sujeito à aprovação do Comitê de Finanças do Grupo. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

A exposição máxima do Grupo ao risco de crédito em relação aos componentes do balanço patrimonial em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015 é o valor registrado como demonstrado nesta nota explicativa.

31.2.3 Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. O Grupo acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente.

Notas Explicativas

J.Macêdo S.A.
Relatório sobre a revisão das Informações Trimestrais – ITR
Período findo em 30 de junho de 2016

A prática do Grupo é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas, empréstimos bancários, arrendamento mercantil financeiro e arrendamento mercantil operacional.

Os cronogramas de pagamento das parcelas de longo prazo dos empréstimos e financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos são apresentados, respectivamente, nas notas explicativas nº 19 e 20.

Gestão do capital social

O capital social é dividido em ações ordinárias e preferenciais, pertencentes à família Macêdo, representadas por pessoas jurídicas e físicas.

O objetivo principal da administração de capital do Grupo é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

No período findo em 30 de junho de 2016, a Companhia realizou um aumento no capital social mediante a capitalização de reserva de incentivos fiscais do reinvestimento do imposto de renda.

No exercício findo em 31 de dezembro 2015 não ocorreram alterações no capital social da Companhia. Além disso, não houveram alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante o período findo em 30 de junho de 2016 e exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

32 Cobertura de seguros

Em 30 de junho de 2016 e 2015, a Companhia possuía as seguintes coberturas de seguros:

	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	30/06/2016	30/06/2015
Modalidade:		
Responsabilidade civil	16.000	8.000
Incêndios, raios, explosões e queda de aeronaves	178.444	143.035
Lucros cessantes decorrentes de incêndios, vendaval, danos elétricos, tumultos, quebras de máquinas e equipamentos	<u>145.566</u>	<u>136.233</u>
	<u>340.010</u>	<u>287.268</u>

A Administração da Companhia entende que as coberturas de seguros para riscos operacionais e para resguardar seus ativos imobilizados e estoques, são considerados suficientes, segundo a opinião de assessores especialistas em seguros, para cobrir eventuais perdas.

* * *

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

KPMG Auditores Independentes

Rua Desembargador Leite Albuquerque, 635

Sala 501 e 502 - Aldeota

60150-150 - Fortaleza/CE - Brasil

Telefone 55 (85) 3307-5100, Fax 55 (85) 3307-5101

www.kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de Informações Trimestrais - ITR

Aos

Conselheiros e Diretores

J.Macêdo S.A.

Fortaleza - CE

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da J.Macêdo S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa dos períodos de três e seis meses findos naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2016, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

Fortaleza, 11 de Agosto de 2016

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6

João Alberto da Silva Neto

Contador CRC RS-048980/O-0 T-CE

Motivos de Reapresentação

Versão	Descrição
2	Em atenção à solicitação da BM&FBOVESPA para a alteração na escala da quantidade de ações informada no quadro de composição de capital
2	Em atenção à solicitação da BM&FBOVESPA para a alteração na escala da quantidade de ações informada no quadro de composição de capital.
3	Reapresentação espontânea para complemento das Notas Explicativas 25 a 32.